

PARQUE IBIRAPUERA

PLANO DIRETOR

CADERNO 1

2019

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. APRESENTAÇÃO.....	4
1.1 Equipe Técnica e Entidades Colaboradoras	5
1.2 Conceito de faseamento adotado.....	6
1.3 Metodologia Utilizada e Processo Participativo	7
1.4 Fundamentação Conceitual. O Conceito de Plano Diretor de Parque Urbano.....	8
2. ASPECTOS HISTÓRICOS	10
2.1 O Parque Ibirapuera	10
2.2 A Sede dos Festejos do IV Centenário.....	16
2.3 Projeto do Parque Ibirapuera, 1952.....	17
2.4 Parque Ibirapuera, projetos após o IV Centenário.....	20
2.5 Os Planos Diretores de 1996 – 2002 – 2007	20
3. INSERÇÃO URBANA DO PARQUE IBIRAPUERA	22
3.1 Análise do zoneamento e aspectos econômicos do entorno	24
3.2 Estrutura Socioeconômica	28
3.3 Equipamentos Públicos e de Transporte.....	29
3.3.1 Assistência Social.....	29
3.3.2 Segurança	30
3.3.3 Saúde.....	31
3.3.4 Educação	31
3.3.5 Cultura	32
3.3.6 Abastecimento	33
3.3.7 Esportivo	33
3.3.8 Acessibilidade.....	34
3.4 Geografia Física	37
3.4.1 Relevo.....	37
3.4.2 Hidrografia.....	37
3.4.3 Reserva de Mata Atlântica	38
3.4.4 Tipo Socioambiental.....	39
4. PROCESSO PARTICIPATIVO DO PLANO DIRETOR	39
4.1 Primeiro Encontro: Projeto Paisagístico, Arquitetônico e Zoneamento: Usos e Apropriações	39

4.2	Segundo Encontro: Relação com o Entorno e Gestão Ambiental.....	43
4.3	Terceiro Encontro: Caminhada Programada e Bases Naturais e Usos do parque.	47
4.4	Devolutiva da etapa das oficinas à população.....	49
4.5	Fóruns Temáticos	50
4.5.1	O papel do parque urbano	50
4.5.2	Serviços ecossistêmicos	52
4.5.3	A água no Parque Ibirapuera.....	53
4.6	Audiências Públicas.....	55
4.7	Consultas Públicas.....	55
4.8	Pesquisa com frequentadores.....	55
5.	GOVERNANÇA	56
6.	PERIODICIDADE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR	60
7.	ANEXOS	60

1. APRESENTAÇÃO

Este Plano Diretor tem como objetivo estabelecer as diretrizes para o Parque Ibirapuera pelos próximos 10 (dez) anos, em um momento em que há a perspectiva de uma Concessão Pública de prestação de serviços de 35 (trinta e cinco) anos.

A Prefeitura Municipal de São Paulo a partir de 2017 estabeleceu como uma de suas metas a Concessão dos Parques Municipais, que vem sendo executado desde então. O Parque Ibirapuera, junto com outros cinco parques localizados em Pirituba, Vila Maria, Guaianases e Campo Limpo, compõe o 1º Lote da concessão. Foram superadas todas as etapas legais do processo, desde a aprovação da Lei Municipal nº 16.703/17, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos, até a realização do certame licitatório.

Em 2007 o corpo técnico de SVMA elaborou um Plano Diretor que direcionou e orientou as intervenções no parque até 2019, entretanto, o surgimento de contestação por parte da população, preocupada com o futuro do Parque, culminou em uma exigência por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital do Ministério Público do Estado de São Paulo¹, para que fosse elaborado um novo Plano Diretor para o Parque Ibirapuera antes da assinatura do contrato entre a Prefeitura e a Concessionária.

Em que pese o vínculo à Ação do Ministério Público, este documento não tem o objetivo de tratar do contrato da concessão e sim, elaborar um novo Plano Diretor, a partir do anterior, a fim de estabelecer as diretrizes para ações, usos e cuidados com o Parque mantendo seu importante papel como equipamento público de preservação ambiental, cultural e de lazer para a população.

A construção deste novo Plano Diretor do Parque Ibirapuera foi um trabalho colaborativo e participativo, coordenado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA.

Com o objetivo de alcançar melhores resultados, a SVMA consolidou um Grupo de Trabalho dedicado à elaboração do Plano Diretor, envolvendo corpo técnico especializado.

O Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria Intersecretarial nº 001/SVMA/SGM/2019 (alterada pela Portaria Intersecretarial nº 002/SVMA/SGM/2019), teve papel fundamental na discussão dos produtos que se materializaram neste Plano Diretor. Para firmar o trabalho e a metodologia utilizada, os integrantes do Grupo de Trabalho realizaram diversas reuniões, com intensa troca de material, conteúdo e experiências. Além dos técnicos envolvidos diretamente no processo indicados na Portaria, participaram outros técnicos da SVMA ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com aspectos de fauna, vegetação e gestão do Parque Ibirapuera.

Como proposta da própria metodologia adotada, a participação popular foi fundamental para o trabalho apresentado neste documento. Foram realizados encontros e oficinas temáticas, abertos aos cidadãos, a Minuta deste documento foi posta em consulta pública, foram realizadas audiências públicas, pesquisas com frequentadores, conselheiros e diretor do parque, fóruns temáticos com especialistas para troca de informações que embasaram o Plano Diretor do Parque Ibirapuera.

Destaca-se também a presença do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera ao longo deste processo, que se reuniu diversas vezes para discutir questões voltadas à concessão e ao plano diretor.

O Plano está estruturado em dois cadernos, sendo, o primeiro de caráter teórico e esclarecedor do processo de elaboração, bem como as perspectivas colocadas ao Parque. E o segundo, propositivo, expondo as diretrizes, objetivos e metas.

Por fim, importante salientar que o documento está balizado em princípios essenciais à garantia de que o Parque Ibirapuera permaneça sendo o parque que a população se orgulha, garantindo sua preservação ambiental, bem como sua paisagem; a preservação do parque como patrimônio; e o caráter público, universal e diverso.

1.1 Equipe Técnica e Entidades Colaboradoras

Sob a Coordenação da SVMA, os trabalhos para elaboração do plano contaram com a participação de técnicos de diversas áreas da Secretaria, bem como com o apoio da SP Parcerias.

Coordenação Geral: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Técnicos envolvidos na elaboração deste Plano:

- Arquiteta e Urbanista Tamires Carla de Oliveira, RF 821.102-7 – CAU A124.219-9 (Coordenadora do GT)
- Arquiteta e Urbanista Isabella Maria Davenis Armentano, RF 812.422-1 – CAU A128675-7
- Engenheiro Agrônomo Heraldo Guiaro, RF 749.926-4 – CREA 130630/D
- Sociólogo Hugo Calixto, RF 777.654-3
- Bióloga Juliana Laurito Summa, RF 779.014-7 – CRBio 031722/01-D
- Bióloga Letícia Bolian Zimback, RF 806.467-9 - CRBio 086950/01-D
- Bióloga Anelisa Ferreira de Almeida Magalhães, RF 648.637-1 - CRBio 010798/01-D
- Bióloga Leila Weiss de Almeida Pedrosa, RF 754.814-1 - CRBio 046093/01-D
- Bióloga Edna Maria Gomes Cavalcante, RF 794.805-1 - CRBio 023531/01-D
- Bióloga Sylvania Maria Matsuda, RF 777.529-6 – CRBio 061777/01-D
- Bióloga Brígida Gomes Fries, RF 645.816-5 – CRBio 005326/01-D
- Médico Veterinário Marcello Schiavo Nardi, RF 784.369-1 - CRMV SP 18545
- Médico Veterinário Eric Thal Brambilla Cordeiro da Silva, RF 793.245-6
- Biólogo Ricardo José Francischetti Garcia, RF 573.993-4 – CRBio 006001/01-D
- Bióloga Sumiko Honda, RF 573.869-5 – CRBio 003683/01-D
- Engenheira Florestal Luara Granato, RF 793.055-1
- Bióloga Simone Justamante de Sordi, RF 648.438-7 – CRBio 010856/01-D
- Sociólogo André Luis Moura de Alcântara, RF 648.192-2
- Cientista Ambiental Pamela Macedo da Silva, RF 835.554-8
- Relações Internacionais Fernanda Luchiari de Lima, RF 838.493-2
- Cientista Social Deborah Schimidt Neves dos Santos, RF 792.934-0
- Turismóloga Jaqueline Gonçalves Leal, RF 855.067.1/01
- Biólogo Alessandro Mendonça Mazzoni, RF 784.740-8 - CRBio 040596/01-D
- Daniel Silva Firmino dos Reis, RF 796.489-7
- Murilo Guimarães Cagnani
- Geógrafo Jânio Marcos Rodrigues, RF 784.357-7
- Ana Lucia F. de Jesus Antunes, RF 604.238.4
- Rafael Hans Sandalo, RF 755.455-9
- Adinan Batista Alves, RF 856.954-1

Apoio Técnico: São Paulo Parcerias

- Arquiteto e Urbanista André Lucas de Medeiros França, RF 344151 – CAU 208796-0
- Bacharel em Administração de Empresas Cainã Aminon de Medeiros, RF 231407
- Arquiteta e Urbanista Caroline de Figueiredo Bertoldi Silveira, RF 302758 – CAU A149.322-1
- Arquiteta e Urbanista Cássia Mariano, RF 813337 – CAU A10.238-5
- Bacharel em Geografia Danilo Macedo de Oliveira, RF 350000
- Arquiteta e Urbanista Fabiola Mamede Vital Trindade, RF 247898 – CAU A47.560-2
- Bacharel em Arquitetura e Urbanismo Felipe Rodrigues Proença, RF 406769
- Bacharel em Direito Gabriel Cherubin de Almeida, RF 382833
- Bacharel em Arquitetura e Urbanismo Karina Dominici Alves, RF 379661
- Advogada Maria Stella Navarro Coimbra, RF 337658 – OAB/SP 317.361
- Advogada Nara Carolina Merlotto, RF 329.944 – OAB/SP 335.844
- Bacharel em Biologia Rafael de Carvalho Sposito, RF 330612

1.2 Conceito de faseamento adotado

O Plano Diretor do Parque Ibirapuera é composto por documentos interagentes denominados CADERNO 1 e CADERNO 2.

O Caderno 1 apresenta a Fundamentação Conceitual e a Metodologia adotada. Constitui-se, sinteticamente de Apresentação, Equipe Técnica e Entidades Colaboradoras envolvidas na produção do Plano; Fundamentação conceitual com o Faseamento Adotado explicando os critérios a compor os Objetivos e Metas para o parque; Metodologia Utilizada e Processo Participativo e o Conceito de Plano Diretor de Parque Urbano; Aspectos Históricos; Inserção Urbana do parque; Processo Participativo, apresentando a tabulação e os produtos do processo participativo, composto pelas Oficinas e Encontros temáticos; e Conceito da Setorização do Parque, explicando conceitualmente a divisão do espaço do parque em setores e subsetores para diagnosticar as singularidades, as potencialidades, as fragilidades e os conflitos de uso. Conclui-se o Caderno 1 com a periodicidade da revisão necessária do Plano Diretor. A aplicação do Plano Diretor deve seguir o faseamento contidos nos Objetivos e Metas.

O Caderno 2 refere-se aos produtos resultantes da aplicação da metodologia e à construção do Plano Diretor. Apresenta as Bases Naturais do Parque (Água, Solo, Vegetação e Fauna), seus Usos Fundamentais (Ambiental, Educacional e Técnico Científico, Cultural, Lazer Recreativo – Ativo e Ócio, Esportivo), a Setorização resultante dos levantamentos das Bases Naturais e Usos, as Matrizes de Compatibilidade, os Objetivos e Metas para o parque nos próximos 10 anos, bem como a forma de Monitoramento das Atividades.

O Plano Diretor do Parque Ibirapuera adotará as Diretrizes, Objetivos e Metas contidos no CADERNO 2 e desenvolvidos a partir da Matriz de Compatibilidade de Usos.

As Diretrizes norteiam a gestão ambiental e de usos do parque, fazendo parte de suas rotinas, estão atreladas a ações periódicas de conservação. Os objetivos e metas a serem alcançados estão ancorados em prazos de tempo determinados em curto (até 3 anos para sua efetivação), médio (até 5 anos) e longo (até 10 anos) prazos.

O monitoramento é a forma de se medir a eficácia no atendimento das metas e pauta-se em indicadores mensuráveis e precisos.

Propõe-se que após 10 anos, ou seja, em 2029 o Plano Diretor do Parque Ibirapuera seja revisado para corresponder às atualizações da dinâmica do tempo sobre o espaço como maneira de atender aos usuários e ao cumprimento da função social de espaço público de uso ambiental, cultural, e de lazer.

1.3 Metodologia Utilizada e Processo Participativo

O Plano Diretor Participativo do Parque Ibirapuera está construído a partir de uma metodologia que analisa determinado contexto ou realidade pela experimentação ou vivência podendo haver a incorporação de dados, para o estabelecimento do diagnóstico e das diretrizes de ação.

Utiliza o compêndio de material produzido pelos órgãos institucionais e gestores do Parque no decorrer das últimas seis décadas, a produção e compilação de dados de campo, análises digitais e do produto de fóruns e de oficinas temáticas participativas. Este processo é denominado Leitura Empírica, e foi utilizado para a consolidação dos Diagnósticos Temáticos.

O Diagnóstico Temático utiliza como recurso a divisão do espaço do parque em Setores e Subsetores para diagnosticar, cada um, pela sua singularidade física, espacial e de uso, de maneira a consubstanciar as potencialidades, as fragilidades e os conflitos em quatro gradientes de intensidade. Este Diagnóstico conduz à constituição da Matriz de Compatibilidade de Uso na qual as características físicas serão confrontadas com os usos fundamentais do parque para orientar as Diretrizes, oportunizando estabelecer Objetivos e Metas, considerando o curto, médio e longo prazos.

A metodologia proposta utiliza, com adaptação à especificidade deste plano, a Metodologia de Planejamento da Paisagem desenvolvida por Ian McHarg, publicada em *Design with Nature*¹. Por esta metodologia os fenômenos naturais são processos dinâmicos inter-relacionados que representam valores e oferecem oportunidades e limitações para a utilização. McHarg capitula ao afirmar que o território precisa ser compreendido para ter sua vocação bem manejada.

Na metodologia adaptada para o Parque Ibirapuera os fenômenos naturais são interpretados como as Bases Naturais do Parque e foram mapeadas para corroborar os dados compilados da Leitura Empírica. As Bases, por sua vez, procedem ao Levantamento e à Interpretação de quatro elementos: Água, Solo, Vegetação e Fauna. Estes mapeamentos visam identificar cada um dos elementos na caracterização e na condição atuais.

As oportunidades e as limitações para utilização serão analisadas e interpretadas por meio dos Usos Fundamentais do Parque. Identificam-se cinco classes de uso: Uso Ambiental, Uso Cultural, Uso Educacional, Uso de Lazer Recreativo (lazer ativo e ócio) e Lazer Esportivo.

A análise combinada e confrontada entre as Bases Naturais do Parque e os Usos Fundamentais do Parque está na constituição da Matriz de Compatibilidade de Uso. A Matriz permite propiciar multiplicidade de uso do subespaço se cada um for comparado a outro uso tendo as Bases Naturais do Parque como elemento de interpretação do território. Os gradientes de uso a serem

¹ A teoria consiste na apresentação dos processos naturais como determinantes do uso do solo. Utiliza sobreposição de mapas temáticos de recursos naturais e de cultura humana, para produzir mapas de compatibilidade intrínseca e mapas de compatibilidade combinada. Esta teoria é base para o desenho ambiental, para políticas ambientalistas, e fundamentou a Legislação Ambiental no Brasil. McHarg, na verdade, revolucionou a teoria e prática da Arquitetura da Paisagem ao inaugurar um sistema de análise e de planejamento de território pautado na premissa que a natureza é um processo de carácter cíclico e há categorias de ocupações que comportam simultaneidade de uso, respeitando-se as singularidades e as limitações inerentes. O ambiente social e o ambiente natural passaram a ser entendidos como sistemas inter-relacionados.

analisados são: plena compatibilidade, média compatibilidade, pouca compatibilidade e uso incompatível. Este cruzamento permite justificar e dar subsídio às Diretrizes, aos Objetivos e Metas, somadas à realidade já conhecida do parque.

A metodologia permite a partir de mapeamentos e da interpretação de matrizes correspondentes proceder a caracterização atual do parque, a composição de normas para regramento e normatização e estabelecer políticas de manutenção e de gerenciamento.

O Processo Participativo foi iniciado por meio de Oficinas. Versaram sobre o Projeto Paisagístico e Arquitetônico abrangendo o Zoneamento de Usos e as Apropriações, Gestão Ambiental e Serviços Ambientais. Sempre com apresentações teóricas e leituras técnicas, as oficinas abertas de trabalho estiveram respaldadas em metodologias para identificação dos espaços que possuem significância, sensação de pertencimento e de identidade espacial dos usuários.

A metodologia de apoio às oficinas adaptou, para a efetivação, bibliografia específica para leitura e interpretação de paisagem e para identificação de elementos referenciais no espaço livre. Os autores são: Kevin Lynch, Gordon Cullen e Lawrence Halprin.

Compuseram o processo participativo as oficinas consulta pública, pesquisa com frequentadores, conselheiros e administrador, audiências públicas e fóruns temáticos com especialistas.

1.4 Fundamentação Conceitual. O Conceito de Plano Diretor de Parque Urbano

Instrumento de planejamento, o Plano Diretor visa orientar ações futuras, pautadas em análises situacionais ou seja, a estruturação do conteúdo do Plano está vinculada à análise, diagnóstico e planejamento, estabelecendo objetivos e diretrizes de ação. Frequentemente o procedimento de elaboração de Plano Diretor está inserido em um universo mais amplo, como o do Planejamento Estratégico.

As experiências internacionais de Plano Diretor de Parque Urbano configuram, frequentemente, um instrumento de gestão denominado *Masterplan*. Este documento reporta de maneira gráfica e descritiva o Parque a partir de análises físico-ambiental e de uso. Os objetivos específicos de cada Plano Diretor variam de acordo com a situação de cada parque. Há documentos mais próximos de guias, outros cujo escopo é amplo nos quais são abordadas questões financeiras e orçamentárias, como captação de recursos e estabelecimento de concessões e de parcerias com agentes privados.

As experiências nacionais de elaboração de Plano Diretor de Parque Urbano são limitadas. No Brasil, são recorrentes os Planos de Manejo, restritos às Unidades de Conservação (UC), cujo objetivo reflete-se na compreensão e na elaboração das ações necessárias para a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais na Unidade e no entorno, e para conciliar os diferentes usos com a conservação da biodiversidade². A Lei Federal Nº 9.985/2000 estabelece que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) deve definir o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da Unidade de Conservação, se estabeleça o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

² <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao>, acesso em 01/07/2019.

No nível municipal existem alguns exemplos, como o Parque da Cidade de São José dos Campos, Roberto Burle Marx, que teve o Plano Diretor elaborado em 2016. Este Plano contempla diagnóstico histórico, ambiental e educacional estabelecendo diretrizes e ações para articular o uso público, o manejo, e o patrimônio arquitetônico e paisagístico da antiga fazenda da família Olivo Gomes, proprietário da Tecelagem Parahyba; a sede foi projetada pelo Arquiteto Rino Levi e os jardins foram projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx para residência da família. Ambos, arquitetura e jardins, já eram tombados pelos órgãos patrimoniais do município. A propriedade foi declarada de utilidade pública e desapropriada em 1996, mesma data em que foi aberta ao público, como parque urbano. Este Plano Diretor teve, na preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico, e na apropriação de uso recreativo e de uso educacional, como esportes, lazer, artes e entretenimento, o estabelecimento de ações utilizando a setorização de subespaços para as etapas de diagnóstico e das diretrizes.

O Parque Municipal de Eventos de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, teve seu Plano Diretor elaborado em 2015 com o objetivo de definir um zoneamento para o parque abrangendo as etapas de Diagnóstico e Zoneamento Preliminar. Principia-se pela leitura da realidade para a compreensão dos problemas e das potencialidades, abrangendo o contexto histórico de formação e urbanístico de contextualização do parque. A caracterização identificou vias, setores e ambientes de uso cultural e social, concluindo com as demandas em termos de serviços e infraestruturas existentes e a serem implementadas. O Diagnóstico identificou enorme potencial de desenvolvimento de atividades culturais regionais ligadas ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG). O Plano propõe a setorização como forma de atender essas demandas e para dotação das infraestruturas e estruturas necessárias.

Nesse sentido, a partir de experiências como essas, entende-se que o Plano Diretor de Parque Urbano deve considerar o caráter ambiental e o caráter social do espaço público, estabelecendo diretrizes planejadas que contribuam para o ordenamento, para a manutenção e na adequação aos usos sociais. É, portanto, um instrumento de governança, entendida como o conjunto de mecanismos de liderança, de estratégia e de controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A preservação do patrimônio paisagístico, ambiental, arquitetônico e histórico deve integrar todo o planejamento e as suas ações. Além da ideia da preservação do patrimônio do Parque, devem-se promover as possibilidades de educação histórica, paisagística e arquitetônica, e as possibilidades de educação ambiental e de lazer.

Ante o exposto concluímos que:

Plano Diretor de Parque Urbano é o instrumento de governança que consolida o conjunto de mecanismos, estratégias e controles a serem postos em prática, considerando o caráter socioambiental do espaço público, o patrimônio paisagístico, arquitetônico e histórico, para orientar ações futuras, avaliar, direcionar e monitorar a gestão do parque, estabelecendo diretrizes e metas planejadas que contribuam para o ordenamento, para a manutenção e na adequação aos usos sociais.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

Apesar de o jardim existir na história desde a Revolução Agrícola (12.000 anos atrás) como aprimoramento estético máximo das práticas de cultivo e de irrigação, o parque como espaço público foi criado na Inglaterra apenas no século XIX, a partir da abertura dos Jardins e Parques pertencentes à Coroa Britânica para a população em uma política consistente de atendimento a reivindicações sociais e de fomento das condições higiênicas.

O parque urbano é conceitualmente considerado um fragmento da natureza idealizada, melhorada e trasladada para a cidade. O parque público é uma tipologia de espaço urbano institucionalizado, porção de natureza criada cujo desenho corresponde frequentemente a vanguarda da criatividade humana sobre a paisagem como espaços projetados e construídos para a recreação (lazer), para a recreação (ócio) e com predomínio de elementos naturais da paisagem: luz, ar, vegetação, água, terra.

“Uma grande extensão de área livre de uso público inserida na cidade para o gozo da paisagem” é a definição de parque urbano atribuída por Frederick Law Olmsted em 1870. Esta concepção, decorrente de valores culturais conferidos à natureza repercutiram fortemente no desenho dos parques públicos urbanos ao longo da história.

Os parques públicos, originalmente, foram desenhados oferecendo os elementos que os cidadãos poderiam desejar: percursos sinuosos, lugares campestres, água em lagos plácidos de formas sinuosas, extensos campos relvados, árvores em maciços ou em conjunto, a exemplo da própria natureza. Na verdade, o parque urbano passou a ser o único lugar de proporções suficientes na cidade onde se poderia reproduzir um jardim como imitação da natureza. Neste espaço foram historicamente introduzidas instalações para receber grande quantidade de pessoas para usos associados à cultura, à recreação, ao lazer e às práticas esportivas.

2.1 O Parque Ibirapuera

A estrutura urbana de São Paulo acomodou-se em um sítio com características peculiares de hidrografia e relevo, e de rica paisagem. O chamado Espigão Central, em cujo topo se encontra a Avenida Paulista, alongado e estreito divisor de águas entre as bacias dos rios Tietê e Pinheiros, configura uma extensa plataforma interfluvial aplainada. Para sul e sudoeste o sítio se caracteriza por vertentes abruptas e compartimentos aplainados de colinas baixas e baixos terraços, confluindo para as amplas várzeas do rio Pinheiros e rio Tietê.

Sob o aspecto ambiental, a reserva do Parque Ibirapuera foi fundamental por preservar sítio de notável fragilidade ambiental de qualquer outra forma de ocupação. Na verdade, é a maior extensão de área livre no quadrante sudoeste da cidade de São Paulo.

A várzea do Ibirapuera era área charcosa e alagadiça em bacia de fundo de vale, formada pelos córregos Sapateiro, Caguaçú e Uberaba que foi incorporada ao patrimônio municipal em 1916. Esses terrenos devolutos situados na Várzea do Ibirapuera se constituíram em parque público pelo Decreto Estadual nº 2.669 de 17/05/1916. No relatório datado de 27/10/1918 apresentado à Câmara Municipal há referência à incorporação de 202,35ha ao Patrimônio Municipal, sendo 164,13ha na várzea do Ibirapuera e 38,22ha a esquerda da Avenida Conselheiro Rodrigues Alves.



Figura 1 - Fragmento da Planta Sara Brasil, 1930. Fonte: Geosampa.

Em 1927, o Prefeito Pires do Rio ao apresentar seu Relatório à Câmara Municipal de São Paulo, acentuou a necessidade urgente da implantação de um maior número de áreas verdes na cidade para o desfrute da população. Lembrava que nas vizinhanças de Vila Mariana havia uma vasta extensão de terreno público vazio de construções, *“situada na planície que começa no sopé da Colina da Avenida Paulista, entre o fim da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, a Estrada de Santo Amaro, o Córrego de Uberaba, a cuja margem esquerda fica Indianópolis, limitados por Vila Mariana e Vila Clementino”*. Pires do Rio afirmava *“Impunha-se à iniciativa de um vasto parque, útil a higiene da população urbana”*. E acrescentava: *“Tais terrenos – Invernada dos Bombeiros e Chácara do Ibirapuera – prestam-se admiravelmente, à construção de um jardim ou parque, com área igual à do ‘Hyde Park’ de Londres, ou metade da área do Parque ‘Bois de Boulogne’ de Paris”*.

Pires do Rio foi o responsável pelas ações de incorporação de terras ao poder Municipal, ampliando e consolidando a área destinada ao Parque Ibirapuera. Uma das principais ações ocorreu em 1927, com a permuta de um terreno situado na atual Avenida Francisco Matarazzo por parte da Invernada dos Bombeiros, de propriedade do Governo do Estado. No seu relatório daquele ano, Pires do Rio, referiu-se ao fato do Matadouro de Vila Mariana estar fechado e propôs a sua desativação. Nesse mesmo ano o Instituto Biológico é fundado por Fernando Costa, então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, *“dentro de um ‘parque’ de 332.000m²”*.

No parque institucionalizado, em 1928 destinou-se a transferência da Divisão de Matas, Parques e Jardins objetivando além da posse e da zeladoria a implantação do viveiro experimental para a produção e o fornecimento de mudas para a arborização urbana.

Manoel Lopes de Oliveira, conhecido como Manequinho Lopes, entomologista e responsável pela Divisão assumiu no período a administração do parque. Na função promoveu o “saneamento” dos terrenos turfosos e pantanosos com plantio em larga escala de eucalipto (talhões), que ao mesmo tempo, limitava a possível ação de posseiros. As essências de eucalipto haviam sido introduzidas no Brasil em 1911 por Edmundo Navarro de Andrade no horto florestal de Águas Claras. Os experimentos procedidos pelo Serviço Florestal do Estado eram promissores no uso destas essências na silvicultura.

Manequinho Lopes sediou e organizou o viveiro na confluência da rua França Pinto com a rua Indianópolis, localidade extrema do parque, onde o viveiro esteve permanentemente mantido. No viveiro produziu espécies florísticas exóticas e nativas, e semeou entre outras, pau-ferro, ipês, pau-brasil, pau-jacaré, angicos, quaresmeira, jacarandá-mimoso, tipuana, flamboyant, ligustro, plátanos, magnólias, canelas, e iniciou a produção da belíssima sibipiruna. No hiato existente sobre o fornecimento de mudas para o plantio do parque Ibirapuera só nos resta inferir que foi a partir deste viveiro com empenho de Arthur Etzel, que substituiu Manequinho Lopes, que se viabilizou o projeto implantado de Otávio Augusto Teixeira Mendes.

No período entre 1928 e 1952 foram desenvolvidos cinco projetos para o parque Ibirapuera, anteriores ao projeto do parque efetivamente implantado. Todos esses projetos correspondiam aos princípios da tradição do parque *Beaux-Arts*, na estrutura e no tratamento dos espaços livres. Em síntese podem ser descritos:

Reinaldo Dierberger, 1929. Prontamente após a institucionalização do parque Dierberger elaborou um projeto para o uso do parque estruturado por dois eixos de simetria. A geometria setorizava os espaços, compunha extensos gramados e vários jardins de *parterres* a partir de caminhos. No projeto o parque receberia edifícios destinados a concertos, ginásio de esportes, campo de corrida, e restaurantes. A solução, porém, desconsiderava a existência do Viveiro de Plantas Municipal na área e simplesmente previa a sua transferência.

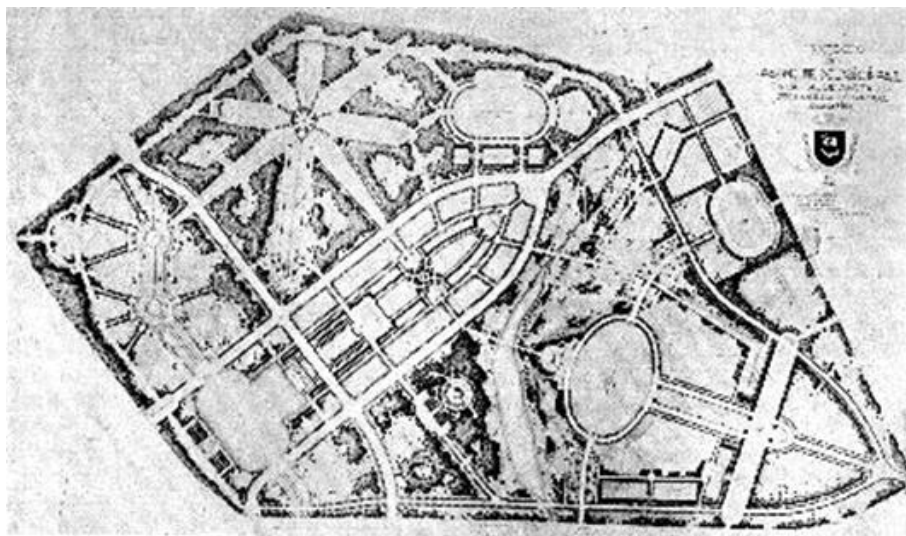


Figura 2 - Projeto do Parque Municipal sito à Várzea do Ibirapuera, 1929. Reinaldo Dierberger. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade, SMC/PMSP.

Devido à decisão da Câmara de 1929 de transferir o Hipódromo da Mooca para os terrenos do Ibirapuera, Dierberger elaborou um novo projeto para o Parque em 1932. Este projeto foi o primeiro a ser legalmente aprovado.

Um ano após, em 1933, a Repartição de Águas e Esgoto de São Paulo (RAE) entrou com recurso questionando e desaprovando o projeto de Dierberger devido à ausência de consideração de questões de drenagem, de águas pluviais e de esgotos na solução.

Desta forma, a 7ª Seção Técnica de Divisão e Obras da PMSP passou a ficar responsável pela revisão do projeto de Dierberger a partir do parecer elaborado pela Repartição de Águas.

Seção Técnica de Divisão de Obras – PMSP, 1933. O novo projeto, então desenvolvido, pela 7ª Seção Técnica de Obras estruturava-se como um conjunto de equipamentos esportivo e de lazer que incluía piscina, cassino, praça circular, jardim de rosas em um platô nivelado e em perspectiva heroica. Esta proposta previa na homogeneidade formal também a transferência do Viveiro, fato que causou a indignação do Diretor Manequinho Lopes.



Figura 3 - Projeto do Parque Municipal da 7ª Seção Técnica da Divisão de Obras da PMSP, 1933. Fonte: Andrade, Manuella. In: Arqtextos 051.01, Vitruvius.com.br. Acesso em 02/07/2019.

Werner Hacker, 1935. Em 1935 o Eng. Werner Hacker revisou o projeto da 7ª Seção Técnica de Obras apresentando nova proposta que incluía o Viveiro de Plantas na solução. Este projeto também não foi desenvolvido.

Vale ressaltar que no ano de 1936 aprovou-se o local e a implantação do Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret. Este trabalho havia sido apresentado pelo escultor em 1920 definindo, no seu tempo, a “entrada” do futuro parque. Neste mesmo ano, 1936, procedeu-se a produção de 150 mil árvores no Viveiro Municipal para a arborização das vias urbanas e das praças da cidade.



Figura 4 - Detalhe da Praça Projeto de Werner Hacker, 1935. Fonte: Andrade, Manuella. In: *Arquitextos 051.01*, Vitruvius.com.br. Acesso em 02/07/2019. Projeto para o Parque Ibirapuera, PMSP, 1948.

Projeto para o Parque Ibirapuera, PMSP, 1948. A Equipe Técnica da PMSP elaborou um novo projeto, em 1948, para o parque Ibirapuera fortemente representativo da estética Beaux-Arts. A geometria que considerava como somatória as tradições do jardim formal francês com o naturalismo do jardim paisagista inglês nos eixos de estrutura e de vias, possuía extenso lago central, considerava a permanência do Viveiro Municipal, incorporava a construção do Monumento às Bandeiras, e em uma ampla praça circular implantava e destacava o Monumento de Nove de Julho.

O “Monumento aos Mortos de 1932” foi efetivamente construído como parte das comemorações da Revolução Constitucionalista no ano de 1949. A localização e a construção do monumento estavam previstas no parque Ibirapuera “na parte central da praça circular no prolongamento da Avenida Brasil, a 1.100m aproximadamente da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio”³.

³ A inauguração se deu no ano de 1955, com o Obelisco de Emendabili ainda em construção, quando, na ocasião foram transladadas as cinzas de MMDC para o interior do mausoléu (Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa, Antônio Américo de Camargo Andrade).

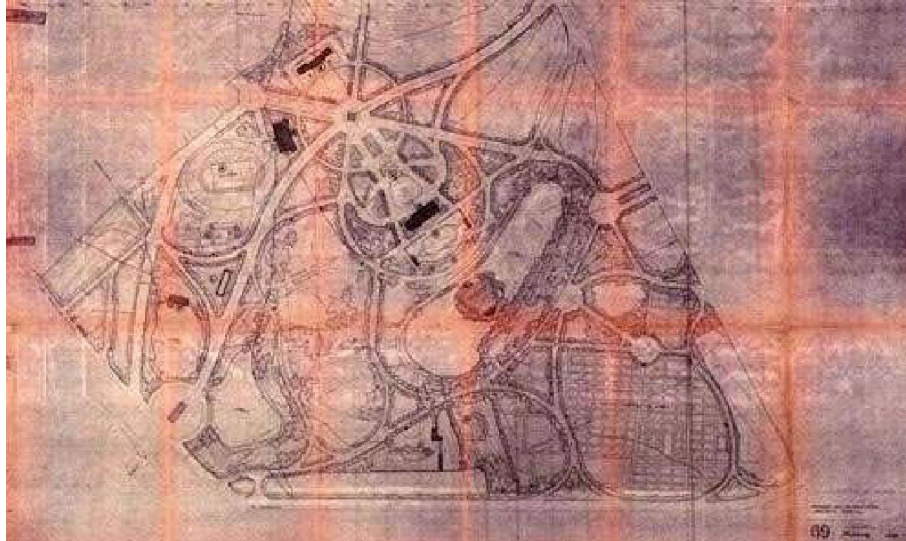


Figura 5 - Projeto para o Parque Ibirapuera 1948. Autor: Prefeitura Municipal. Acervo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – DPH/SMC/PMSP. Fonte: Andrade, Manuella.

Parque do Ibirapuera, Christiano Stockler das Neves, 1951. O projeto deste arquiteto, notório pelas importantes obras urbanas de forte caráter Beaux-Arts antevia o parque como Obra de Arte dentro do espírito do futuro festejo do IV Centenário. Stockler das Neves defendia a consideração e a propriedade das características geomorfológicas do sítio para a construção de um belo parque Beaux-Arts. Sua proposta caracteriza-se por eixos estruturais cruciformes constituindo grandes bulevares, imponentes edifícios arrematando os eixos, espelhos d'água geometrizados na estrutura compositiva, e lago de forma serpenteante abastecido pelo córrego Caguaçu. O Monumento às Bandeiras e o Monumento aos Mortos de 1932 estavam presentes e considerados na solução. O projeto de Stockler das Neves transferiria, porém, o Viveiro Manequinho Lopes para outra localidade.



Figura 6 - Parque do Ibirapuera 1951. Autor: Christiano Stockler das Neves. Acervo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – DPH/SMC/PMSP. Fonte: Andrade, Manuella.

2.2 A Sede dos Festejos do IV Centenário

A proximidade da comemoração do IV Centenário da Cidade, todavia, confluiu todos os esforços do poder público para planejar e executar obras que fossem representativas da pujança, do progresso e da capitalização assumidos pela metrópole. Os empenhos não tardaram a visualizar o parque do Ibirapuera como a região mais propícia para sediar os eventos festivos, e para tanto uma comissão comemorativa foi institucionalizada para este fim.

Ao elaborar o plano para as comemorações esta Comissão sob a presidência de Francisco Matarazzo S^o., referendada pelo governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, estabeleceu como diretriz principal a realização de um empreendimento de caráter duradouro, que se prolongasse no tempo como marco de sua alta significância⁴.

A Comissão do IV Centenário foi criada pela Lei nº 4.166 de 29 de dezembro de 1951, elevando a Comissão a uma Autarquia (controle da Prefeitura) com a finalidade “planejar, promover e executar os festejos e comemorações” relativas aos 400 anos de São Paulo. O convênio foi firmado entre o Estado e Prefeitura tratava da “utilização dos próprios estaduais, seus órgãos técnicos e administrativos, pessoal, material, máquinas e pertencentes, aparelhos, instalações e equipamentos necessários à realização das comemorações do IV Centenário da Cidade”. Valendo-se do acordo promulgado na véspera, 28 de dezembro, para o cabedal técnico e operacional.

Otávio Augusto Teixeira Mendes, engenheiro agrônomo, arquiteto paisagista, ex-diretor do Serviço Florestal do Estado e parte do corpo técnico do “Instituto” com notório conhecimento e experiência profissional imediatamente se comissionou. Nesta Comissão ele permaneceu responsável pela Arquitetura Paisagística, Parques e Jardins do Ibirapuera entre os anos de 1952 e 1956.

No convênio firmado entre o Estado e a Prefeitura permitiu-se, em 1958, intensas e extensas tramitações fundiárias com áreas e edificações cedidas para a União Cultural Ibirapuera, em regime de comodato por período de 50 anos, corroborando um imbróglcio sobre a jurisprudência e a correta área do parque, uma confusão de demarcação de terras pertencentes aos poderes estadual e municipal, títulos registrados, adulterados, e marcos dúbios. Um mistério ainda não desvendado.

A definição dos trabalhos urbanísticos e arquitetônicos, incluindo as equipes técnicas responsáveis foi prontamente concretizado. A Equipe de Planejamento responsável pelos trabalhos técnicos foi constituída por Ernesto de Faria Alves como Diretor dos Serviços de Engenharia, Milton Carlos Ghiraldini (Urbanismo), Otávio Augusto Teixeira Mendes (Arquitetura Paisagística, Parques e Jardins); Oscar Niemeyer F^o, Helio Uchôa Cavalcanti, Eduardo Kneese de Melo e Zenon Lotufo (Palácio das Indústrias, Palácio dos Estados, Palácio das Nações, Teatro, Pavilhão de Exposições, Marquise, Entrada Principal, Palácio da Agricultura). Compunham em complementação as obras do parque: O Obelisco (Galileo Emendabili), o Ginásio de Esportes (Arq. Ícaro de Castro Mello), o Monumento das Bandeiras (Victor Brecheret), o Planetário e o

⁴ “Daí nasceu a ideia da construção do Parque Ibirapuera, que á sem dúvida, harmoniosa e bela nas suas linhas arquitetônicas. Com esse empreendimento, a Comissão do IV Centenário dotou São Paulo de um centro permanente de cultura capaz de atender às necessidades do melhor conhecimento e divulgação de nossa indústria, agricultura e comércio, através da realização de exposições, bem como de um local condigno para as manifestações artísticas de São Paulo que, pelo grau de progresso atingido nos vários ramos da atividade humana, está situado na vanguarda do país. Além disso, constitui um centro de grande interesse turístico, graças à beleza e comodidade de sua concepção artística”. (Relatório da Comissão. In: Mariano, Cássia, *Ibid*).

Museu de Ciências. A equipe previu o Plano de Trabalho a ser desenvolvido em 3 etapas: Plano de Conjunto; Projeto das Unidades; Execução das Obras.

O Anteprojeto definiu a estrutura do parque incluindo o traçado viário, a circulação secundária; a vegetação principal; a localização do Conjunto Arquitetônico; as construções provisórias; as áreas ajardinadas; as áreas temáticas. A incorporação do parque no patrimônio da cidade configuraria dotá-la de futuras atrações culturais, esportivas e turísticas como marco comemorativo do IV Centenário de São Paulo.

É importante reiterar que o projeto implantado no Parque Ibirapuera originou-se como o Espaço Sede para os Festejos de Comemoração do IV Centenário. A proposta era dotar São Paulo de um centro permanente de cultura e progresso simbolizado pela fusão da Arte e da Técnica. O apogeu econômico alcançado pela cidade deveria ser apresentado nos Pavilhões pelas atividades produtivas da indústria, do comércio, da agricultura, e no Parque como local de recreação pública.

A sede dos festejos se tornar o Parque Ibirapuera na extensão e expressividade conhecida é produto do empenho e da solução de Otávio Augusto Teixeira Mendes e da equipe técnica. Ele foi o responsável por ampliar o “tratamento do conjunto arquitetônico” para o Parque Ibirapuera envolvendo a totalidade da área institucionalizada construindo um parque moderno, como precursor desta estética em São Paulo.

Teixeira Mendes esteve comissionado desde 1952 para integrar a equipe técnica da Sede do IV Centenário, e se postou ao lado de Niemeyer, como personalidade central no paisagismo paulista justificada pela sua atuação no Serviço Florestal do Estado e pelos trabalhos, projeto e implantação, na esfera privada como, por exemplo, a residência Oscar Americano, atual Fundação.

2.3 Projeto do Parque Ibirapuera, 1952

No Projeto de Paisagismo para o Parque Ibirapuera Otávio Augusto Teixeira Mendes se debruçou, primeiramente, sobre o espaço para acolher o conjunto arquitetônico, e na acomodação de construções, pavilhões provisórios (feira internacional e verde). O parque se estruturou harmônico e arrebatador, como uma sinfonia de movimentos autônomos cadenciados. Do todo para as partes (setores ou zonas) em gradientes ajustados aos subespaços (subsetores ou subzonas) com princípios modernos.

Por estes princípios compreende-se que o parque não deveria ter princípio ou fim e vivenciado de qualquer ângulo necessitava ser pleno e belo; o parque necessitava permitir uso intenso com manutenção mínima, visto que tempo e espaço são escassos. O desenho devia ser dinâmico e os princípios de projeto deveriam incorporar: ritmo, movimento, vida, ação e jovialidade. O Parque Ibirapuera implantado expressou a modernidade desejada pela cidade.

No desenho do parque Ibirapuera Teixeira Mendes construiu composições harmônicas e dinâmicas adequando funções e usos. Caminhar conduziria a vivenciar espaços aprazíveis de sombreamento tênue, cada qual único e cadenciado, um ritmado comovente e essencialmente moderno: “Moderno é viver bem”. Por estes princípios, parques configuram-se como grandes espaços arborizados para estimular o prazer, as práticas esportivas, com caminhos sinuosos e vegetação definindo o campo de visão e instigando o prosseguir.



Figura 7 - Preservação e Paisagismo em S. Paulo. Fonte: Arquivo Histórico Washington Luís. In: Mariano, Cássia.

Foi introduzida alternância de LUZ e SOMBRA usada para propiciar maior sensibilização; grandes extensões horizontais foram arrematadas por planos verticais para construir subespaços e atribuir ambiência. Teixeira Mendes definiu porções do parque com permeabilidade perceptiva para a cidade alternando no restante do perímetro, aberturas e fechamentos. Ele projetou e supervisionou a construção dos lagos utilizando, para isso, os córregos Sapateiro e Caguaçu existentes.

O conjunto arquitetônico estaria destacado, e situá-los era parte das funções mais relevantes. Para isso o terreno foi modelado construindo um platô em nível mais elevado. Os acessos para os edifícios foram propostos com percursos e entradas de desenho indireto, de maneira a não obstruir o eixo de perspectiva dominante. O parque cultural proposto ajustava-se, desta forma, aos princípios do paisagismo moderno.

O extenso eucaliptal que recobria o parque foi em parte suprimido, para acomodar o Conjunto Arquitetônico, as vias, os lagos e para, como massa, se contrapor à sinuosidade da marquise. A vegetação foi implantada no parque para a conformação de subespaços e para a condução de perspectivas.

No conjunto arquitetônico a Marquise configurou uma ampla esplanada para uso de pessoas como unidade do conjunto de forma orgânica (hipérbole justaposta) para recepcionar o público e conduzir aos edifícios laminares sobre pilotis recuados de 6 a 7m do alinhamento do volume: Palácio das Nações, dos Estados e das Indústrias. O Palácio das Exposições (Oca) e o Teatro de formas autônomas e distintas dos pavilhões foram aninhados em amplas hipérbolas na entrada principal do parque e início da Marquise. O “Teatro” alterado como Auditório foi implantado apenas em 1996 a partir de novo projeto de autoria de Niemeyer. Esta esplanada estava destacada na solução de paisagismo com as vias para veículos circundando-a.

As vias foram sombreadas por árvores de porte alto, copa circular muito expressiva, cujas folhas e folíolos pequenos permitiam a permeabilidade da luz solar. Entre as espécies mais recorrentes encontram-se alecrins-de-campinas, sibipirunas, e outras de sombreamento mais denso como quaresmeiras e manacás. Agrupamentos de palmáceas entre jerivás, seafórtias, tamareiras, latânias, cariotas, açais pontuavam posições nas intersecções das vias, dos caminhos e no vazado da marquise.

Entre a via perimetral do conjunto arquitetônico e as margens do lago um bosque foi constituído pelas essências existentes, acrescidas de árvores nativas como o carvalho brasileiro (*Euplasa cantareirae*), o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), o guatambu (*Aspidosperma rammiflorum*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*), o cedro-rosa (*Cedrela fissilis*) entre outras, resolvendo parte do necessário transplante de árvores retiradas e transplantadas. O modelado de terreno nesta região resolveu a diferença de nível necessária para morfologicamente construir dois platôs (ou níveis básicos). Estes platôs permitem, contemporaneamente, o zoneamento do parque.

A estrutura paisagística do conjunto arquitetônico o destacava no platô mais elevado. De um lado, ao noroeste pelo lago e pelo fechamento da massa de eucaliptos; de outro, a sudeste por conjuntos muito expressivos de ipês entre maciços de ipês-róseos e ipês amarelos que arrematavam as arquiteturas próximas do Pavilhão das Indústrias (atual Fundação Bienal).

Na ausência de documentação do plantio procedido no parque Ibirapuera relatos e imagens corroboram a inferências. A partir destas toda a área norte e nordeste da marquise estavam desprovidas de arborização. Grupos de palmáceas nativas e exóticas pontuavam intersecções de vias e os caminhos internos ou compunham triangulações balizando as construções. Há referência da luxuriante vegetação arbustiva e herbácea com forte contraste cromático no jardim da marquise, no entorno das áreas de estacionamento e arrematando subzonas de uso programático. Conjuntos e ipês entre maciços de róseos e amarelos arrematavam a arquitetura, próximos ao Pavilhão das Indústrias.





Figura 8 - Parque Ibirapuera, década de 1950. Fonte: Arquivo Histórico Washington Luís, setor de imagens e negativos em vidro.

2.4 Parque Ibirapuera, projetos após o IV Centenário.

Findo os festejos do IV Centenário e por período de quase 20 anos, o parque Ibirapuera construído como Centro de Cultura e Artes foi sendo paulatinamente transmutado com funções administrativas ocupando edifícios e a desmontagem de pavilhões provisórios configurando novos espaços livres.

Em 1974, a Prefeitura solicitou ao paisagista Roberto Burle Marx projeto para a revitalização do parque Ibirapuera e para várias outras áreas da cidade. Burle Marx, que no período dos festejos apresentara à Comissão do IV Centenário anteprojeto (a convite de Niemeyer) resgata elementos como os jardins temáticos para entorno dos edifícios e para as áreas livres, inserindo entre eles o Jardim das Esculturas. Este projeto não foi desenvolvido, nem implantado.

Na década de 1990, a Prefeitura declarou o parque Ibirapuera “patrimônio histórico, ambiental e cultural da cidade” retirando as sedes administrativas dos Pavilhões. Este período coincide com o tombamento do parque nos órgãos de preservação. Em uma dinâmica envolvendo participação comunitária, meios de comunicação e o poder público Roberto Burle Marx é convidado para apresentar projeto para o parque que, porém, não desfigure as áreas. Neste projeto foram desenvolvidos e implantados a Praça do Acesso ao Viveiro (posteriormente denominada Burle Marx), o Jardim das Esculturas, a Pista de Cooper, o Parquinho Infantil, o Jardim de Leitura e a Ciclovía.

2.5 Os Planos Diretores de 1996 – 2002 – 2007

A partir da década de 1990, três Planos Diretores foram elaborados para o parque Ibirapuera.

Em 1996, o escritório de Oscar Niemeyer elaborou Plano Diretor para o parque Ibirapuera com dois objetivos principais: de maneira polêmica, regularizar o perímetro do parque junto à avenida República do Líbano e a aprovação da construção do Auditório, previsto desde o projeto

da Comissão do IV Centenário. A regularização, que integraria o parque de frente para a cidade neste perímetro, naturalmente ocasionaria a desapropriação dos imóveis.

Este plano possuía o mérito de valorizar o parque como Centro de Artes e Cultura (em consonância ao projeto original), propondo a retirada dos usos institucionais administrativos dos edifícios patrimoniais do parque; naquele momento ocupados pela sede da Prefeitura Municipal e pela Companhia de Processamento de Dados (Prodam). De maneira controversa, defendia a retirada das construções sob a marquise, incluindo a sede do Museu de Arte Moderna e o restaurante, liberando assim completamente o espaço. Este Plano foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo.

O Plano Diretor elaborado em 2002 focou a recuperação do processo de tombamento do parque e a legislação ambiental aplicável para a concepção original do Plano Diretor. O histórico do parque destacava o caráter patrimonial das construções, e o uso institucional assumido por vários edifícios. Este plano situava-se no período de debates sobre a construção do Auditório, cuja espacialidade completaria o projeto original da Comissão do IV Centenário arrematando, no início da marquise, a volumetria do Palácio das Exposições (Oca).

O conjunto do acesso do parque foi considerado por Oscar Niemeyer como o mais importante pela volumetria e pela composição paisagística. O projeto do novo Auditório, desenvolvido pelo escritório de Niemeyer possuía 4.870m² de área construída, capacidade para 830 espectadores e plateia externa para até 30.000 pessoas.

O Plano de 2002 propunha e especificava duas garagens subterrâneas: uma na Praça do Obelisco e uma no Pavilhão da Bienal. Faziam parte, também, o detalhamento técnico da “fonte cibernética flutuante” no lago, com perspectiva desde a avenida Pedro Álvares Cabral, e a descrição para viabilizar os projetos de recuperação do Parque elaborados nas administrações municipais anteriores (Plano Diretor de 1996).

Deve-se ressaltar que ambos planos de 1996 e de 2002 refletiam proposições sobre as edificações e seus usos no parque. Os aspectos concernentes aos espaços livres, à vegetação, a água, o uso da população, a biodiversidade, bem como zeladoria e ações de manutenção não compunham objetivos em si.

O quadro se altera em 2005, quando técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) elaboraram amplo diagnóstico, com diretrizes e ações (sem peças gráficas) no qual foram abordados os aspectos de Gestão Político-Administrativa, Uso e Ocupação e Paisagem e Recursos Naturais. Este trabalho foi apresentado ao CONPRESP, em cujo desdobramento se firmou o compromisso de apresentar Plano Diretor propriamente dito, ou seja, com plantas de zoneamento, justificativas, diretrizes e propostas espacializadas, enfim, com os dados necessários para balizar a análise das propostas de futuras intervenções no parque.

O Plano Diretor de 2007 elegeu como premissa a Paisagem do Parque Ibirapuera entendida como aquilo que é perceptível e apreciado pelos seus usuários e pretendeu, através de diretrizes e ações, preservar e valorizar os espaços e a ambiência que o parque possui. Propôs como diretriz de ação a constituição de duas zonas estruturantes: a Zona Cultural e a Zona Verde cada qual com duas subzonas. O lago neste plano é compreendido como elemento separador entre a Zona Cultural que corresponde ao conjunto arquitetônico do IV Centenário e a Zona Verde correspondente aos espaços livres ou vegetados do parque.

Neste sentido, a paisagem do parque também corresponde como diretriz para as ações de preservação e manutenção. Estas são adequadas a quatro temas: Uso dos Espaços, Manejo da

Vegetação, Aumento de Áreas de Permeabilidade e Ampliação da Acessibilidade, e Recuperação e Manutenção de Elementos.

Este plano compreendia como função da Municipalidade ordenar este espaço público de maneira a garantir sua utilização democrática e sua preservação enquanto importante área verde e cultural da cidade. Dando continuidade às atuais ações de reintegração de áreas irregularmente ocupadas, a Paisagem do Parque deve passar a ser a balizadora da continuidade destas ações ao devolvê-las ao parque (Plano Diretor do Ibirapuera, 2007).

O Manejo da Vegetação propõe o “Manejo Teixeira Mendes” que, à maneira do trabalho de seu autor, deve ser conduzida a partir dos elementos encontrados no sítio (na ocasião de sua implantação) e utilizados como criadora de ambiências, estrutura de visuais, intenção e valorização de elementos diversos (Plano Diretor do Ibirapuera, 2007).

3. INSERÇÃO URBANA DO PARQUE IBIRAPUERA

O Parque Ibirapuera, juntamente com os demais parques urbanos, lineares e naturais, entre outras áreas edificadas ou não, compõe em sua integralidade o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), criado pela Lei 16.050/2014 que aprovou o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Cabe destacar os objetivos do SAPAVEL, previsto no Art. 267, do PDE:

“Art. 267 São objetivos do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres:
I. proteção da biodiversidade;
II. conservação as áreas prestadoras de serviços ambientais;
III. proteção e recuperação dos remanescentes de Mata Atlântica;
IV. qualificação das áreas verdes públicas;
V. incentivo à conservação das áreas verdes de propriedade particular;
VI. conservação e recuperação dos corredores ecológicos na escala municipal e metropolitana;
VII. cumprimento das disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.”

Dessa forma, o Parque Ibirapuera não é um equipamento público isolado e faz parte de um conjunto de áreas dentro de um sistema, devendo ser preservado e constantemente mantido de maneira adequada para garantia de seus serviços ambientais e culturais prestados. Dentre as diretrizes do SAPAVEL, além do estímulo às parcerias entre os setores público e privado para implantação e manutenção dos espaços livres e áreas verdes, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação das áreas verdes degradadas, incluindo solos e cobertura vegetal, a recuperação das áreas de preservação permanente, a implantação de ações de recuperação ambiental e de ampliação de áreas permeáveis e vegetadas nas áreas de fundos de vale e em cabeceiras de drenagem e planícies aluviais indicadas na Carta Geotécnica, em consonância com o Programa de Recuperação de Fundos de Vale, a promoção de interligações

entre os espaços livres e as áreas verdes de importância ambiental regional, integrando-os através de caminhos verdes e arborização urbana, a compatibilização dos usos das áreas verdes com a conservação ambiental e da recuperação das áreas verdes com o desenvolvimento socioambiental e com as atividades econômicas, especialmente as de utilidade pública.

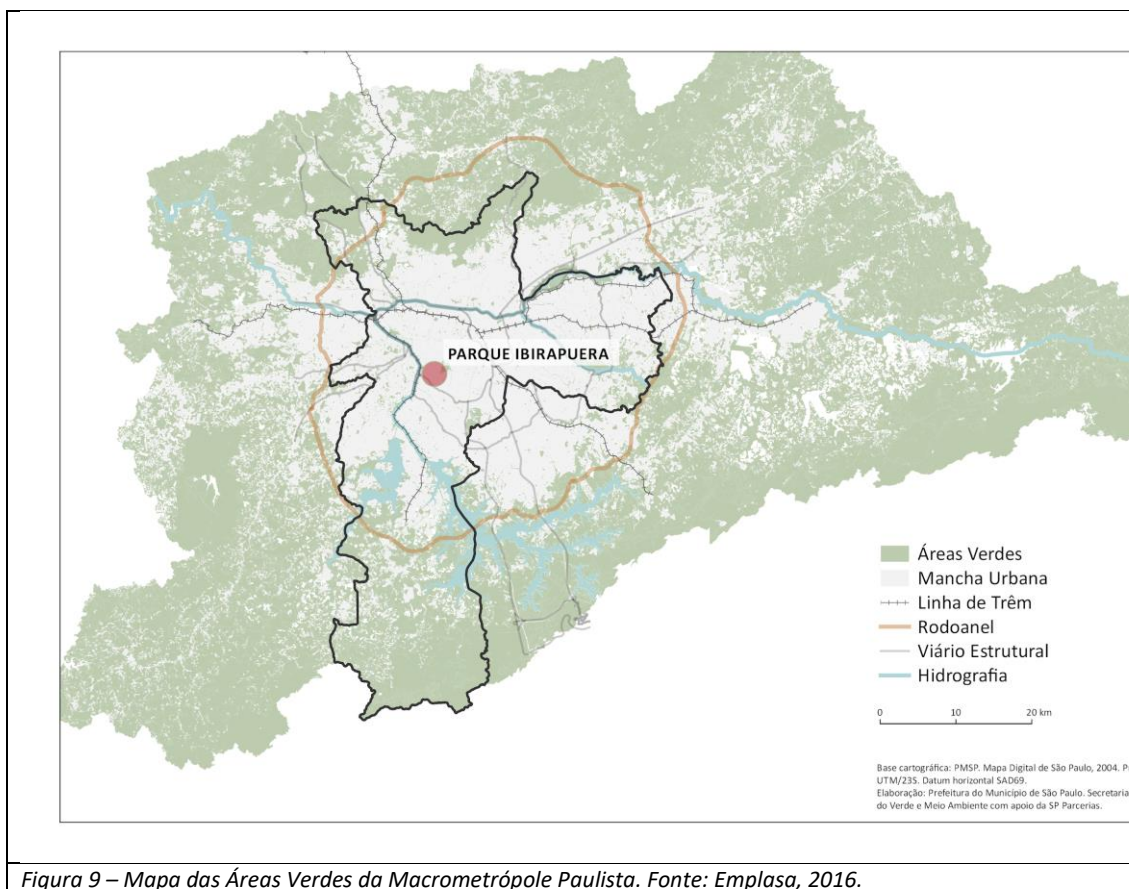


Figura 9 – Mapa das Áreas Verdes da Macrometrópole Paulista. Fonte: Emplasa, 2016.

Localizado na subprefeitura de Vila Mariana, distrito de Moema, e, para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se raio de dois quilômetros a partir de centróide estabelecido no Parque como entorno imediato, em que pese a abrangência metropolitana e relações espaciais que, por vezes, extrapolam este entorno.

A caracterização abrange os usos do solo existentes, o espaço urbano envoltório, o Marco Regulatório (Lei Municipal nº 16.402/2016), os aspectos físicos e socioeconômicos do território, os equipamentos públicos presentes, e a acessibilidade ao parque por meio de transporte público, e de modais lentos, bicicleta e a pé.

O Parque Ibirapuera possui caráter metropolitano, é um dos parques públicos mais frequentados, recebe aproximadamente 1,1 milhão de pessoas por mês⁵ e se constitui em um dos principais polos de cultura e lazer na cidade de São Paulo, fato que confere forte identidade à população.

⁵ Pesquisa realizada em 2007.

Consolidado como um dos equipamentos públicos mais utilizados da cidade de São Paulo, e uma de suas principais áreas verdes, recebe aproximadamente 1,1 milhão de pessoas por mês⁶ e se constitui em um dos principais polos de cultura e lazer na cidade.

Concebido para ser expressão do progresso paulistano no século XX, sua história se confunde com a história de São Paulo e da formação de sua identidade cultural, sendo comum a visita ao Parque Ibirapuera em diversos roteiros turísticos que pretendem apresentar os principais pontos da cidade. Dessa forma, o Parque Ibirapuera produz uma regionalização própria a partir de sua presença no tecido urbano, podendo-se falar em uma “região do Parque Ibirapuera” formada por bairros tradicionais, áreas verdes e livres, ao mesmo tempo em que se insere na escala metropolitana, seja pelo número de visitas e importância na cidade, seja pela proximidade geográfica de centralidades econômicas.

3.1 Análise do zoneamento e aspectos econômicos do entorno

O Uso do Solo predominante neste entorno imediato é Uso Residencial, horizontal e vertical, de médio/alto padrão. A Lei Municipal nº 16.402/2016, que normatiza a ação pública e privada sobre as formas de uso do solo, apresenta 3 (três) categorias que estão presentes na região sob análise e se coadunam com tais usos.

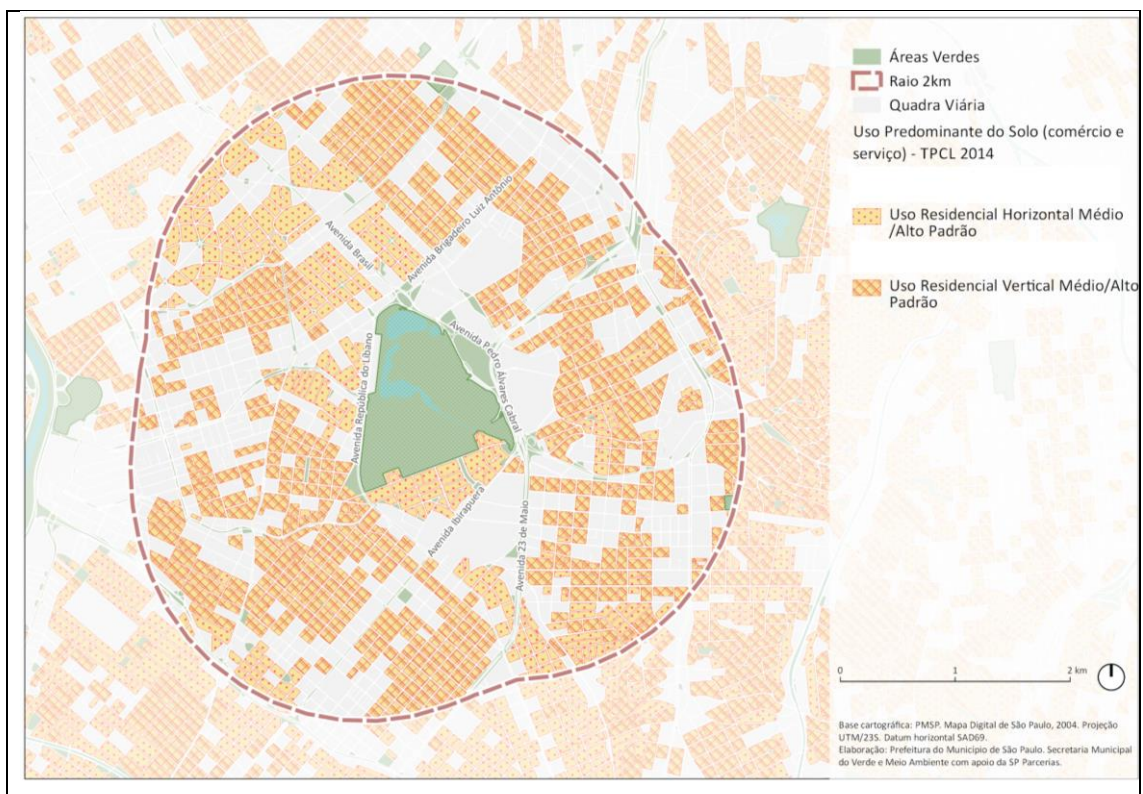


Figura 10 – Ibirapuera Usos Residenciais Horizontais e Verticais de Médio e Alto Padrão. Fonte: Cadastro Territorial Predial de Conservação e Limpeza – TPCL.

As Zonas Exclusivamente Residenciais-1 (**ZER-1**) são áreas destinadas exclusivamente ao Uso Residencial. Com predominância de lotes de médio porte, densidade demográfica baixa, a área

⁶ Pesquisa realizada em 2007.

de análise corresponde ao bairro Jardim Lusitânia lindeiro ao parque que, pela proximidade, participa ativamente da dinâmica do Parque; o bairro de Planalto Paulista; parte de Vila Nova Conceição; o bairro Jardim Novo Mundo e parte do bairro do Jardim América com exceção dos imóveis lindeiros aos corredores da Avenida Europa e das ruas Groenlândia e Estados Unidos.

As Zonas Predominantemente Residenciais (**ZPR**) são porções do território destinadas majoritariamente ao uso residencial, e atividades não residenciais compatíveis com o uso residencial, com densidades construtiva e populacional baixas. Enquadram-se nessa categoria: a confluência da Av. Cidade jardim e Av. 9 de Julho; parte de Vila Mariana, parte do bairro de Moema a leste da Avenida Ibirapuera e Avenida José Maria Whitaker, porção leste limitada pela Avenida Senador Casimiro da Rocha, no bairro de Mirandópolis.

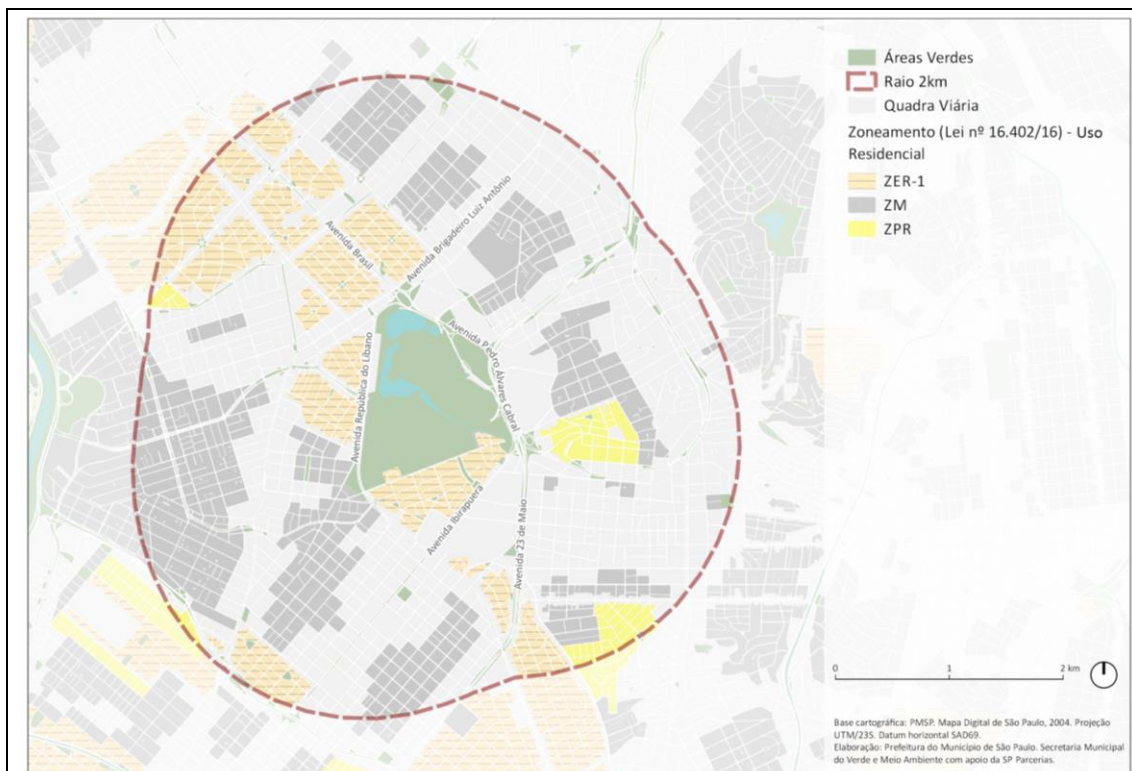


Figura 11 – Parque Ibirapuera destacando os usos residenciais num raio de 2km. Fonte: Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo. Geosampa.

As Zonas Mistas (**ZM**) são porções do território destinadas a promover usos residenciais e não residenciais, com densidades construtiva e demográfica baixas e médias. As Zonas Mistas correspondem as maiores porções do território da cidade. Das) categorias de zoneamento apresentadas neste entorno de análise é a que permite maior adensamento construtivo e populacional, além de outras categorias de uso.

Estão compreendidas em tal definição legal: parte do bairro da Vila Olímpia, abrangendo as ruas Clodomiro Amazonas, e Joaquim Floriano com forte uso comercial e de serviços; parte extensa do bairro de Vila Clementino, no entorno da Av. Hélio Pellegrino entre a Rua Balthazar da Veiga e Av. dos Eucaliptos; o bairro de Indianópolis ao longo dos eixos das alamedas dos Anapurus e Nhambiquaras, compreendendo as avenidas Moema e Aratãs; no bairro de Vila Clementino a área que se estende pelo eixo da Avenida Dr. Altino Arantes, Avenida José Maria Whitaker e Avenida Conselheiro Rodrigues Alves; partes dos bairros Vila Mariana e Vila Clementino e Paraíso; partes dos bairros de Jardim América e do Itaim - Bibi.

A proximidade da região do Parque Ibirapuera com a Avenida Paulista, e com importantes eixos viários da cidade exerce papel fundamental no processo de produção das atividades econômicas. Assim, nota-se a presença de faixas de zoneamento que promovem e permitem usos do solo mais dinâmicos e intensos, produzindo dinâmica ambiental urbana complexa.

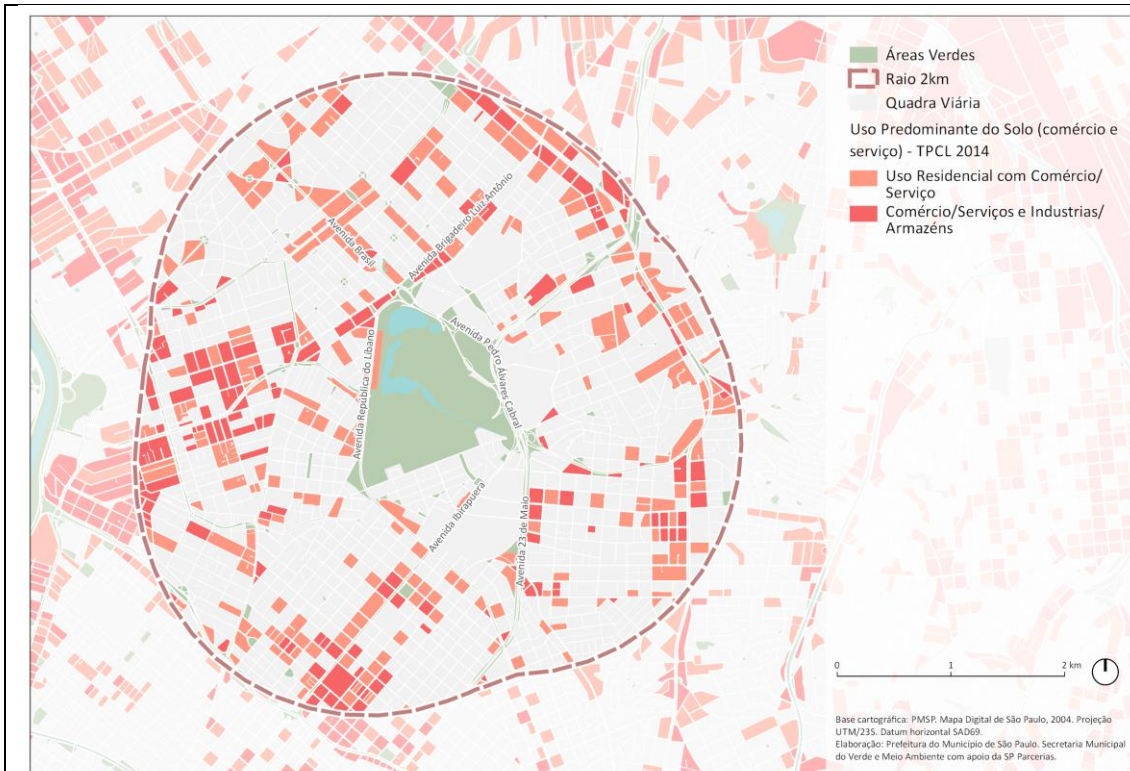


Figura 12 – Parque Ibirapuera destacando os usos não-residenciais num raio de 2km. Fonte: Cadastro Territorial Predial de Conservação e Limpeza – TPCL.

Zona Centralidade (**ZC**) é uma porção do território localizada na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana com atividades de abrangência regional.

São enquadradas nessa definição as seguintes áreas: porção do bairro de Vila Mariana no entorno das avenidas Dr. Dante Pazzanese, Pedro Álvares Cabral, Conselheiro Rodrigues Alves, 23 de Maio, Avenida Brigadeiro Luis Antônio até a Avenida Paulista e entorno da Avenida Santo Amaro; área situada ao longo do corredor da Avenida Ibirapuera; Eixo na extensão da Avenida Indianópolis e Avenida Açocê no bairro de Indianópolis; área ao longo Rua Luis Góis em Vila Mariana; e a área central do Itaim Bibi, compreendendo ruas Tabapuã, Itacema e Joaquim Floriano; por fim, no eixo formado pelas ruas Augusta e Haddock Lobo, compreendendo também as ruas Oscar Freire e Padre João Manuel e Alameda Lorena.

As Zonas Corredores (**ZCOR**) são porções do território destinadas aos usos não residenciais compatíveis com o uso residencial e com a fluidez do tráfego, com densidades demográfica e construtiva baixas. Incidem em lotes lindeiros à ZER (exclusivamente residenciais) ou à ZPR (predominantemente residenciais) que fazem frentes para vias que exercem estruturação local ou regional.

ZCOR-1, por sua vez, são trechos de vias destinados à diversificação de usos de forma compatível à vizinhança residencial. Nessa categoria de zoneamento encontram-se as principais vias de acesso ao bairro de Alto de Pinheiros, destacadamente Avenida Brasil, Rua Groelândia e Rua Estados Unidos e vias lindeiras ao bairro Vila Nova Conceição.

ZCOR-2 são trechos de vias destinados à diversificação de usos de forma compatível à vizinhança residencial e à conformação de subcentro regional. Pertencem a esta categorização áreas nas Avenidas Brigadeiro Luís Antônio, 9 de Julho e Rebouças, bem como a extensão da Avenida Eucaliptos, situada entre as Avenidas Ibirapuera e Santo Amaro. Há porções de ZCOR-2 em parte da Avenida República do Líbano e Avenida Ibirapuera.

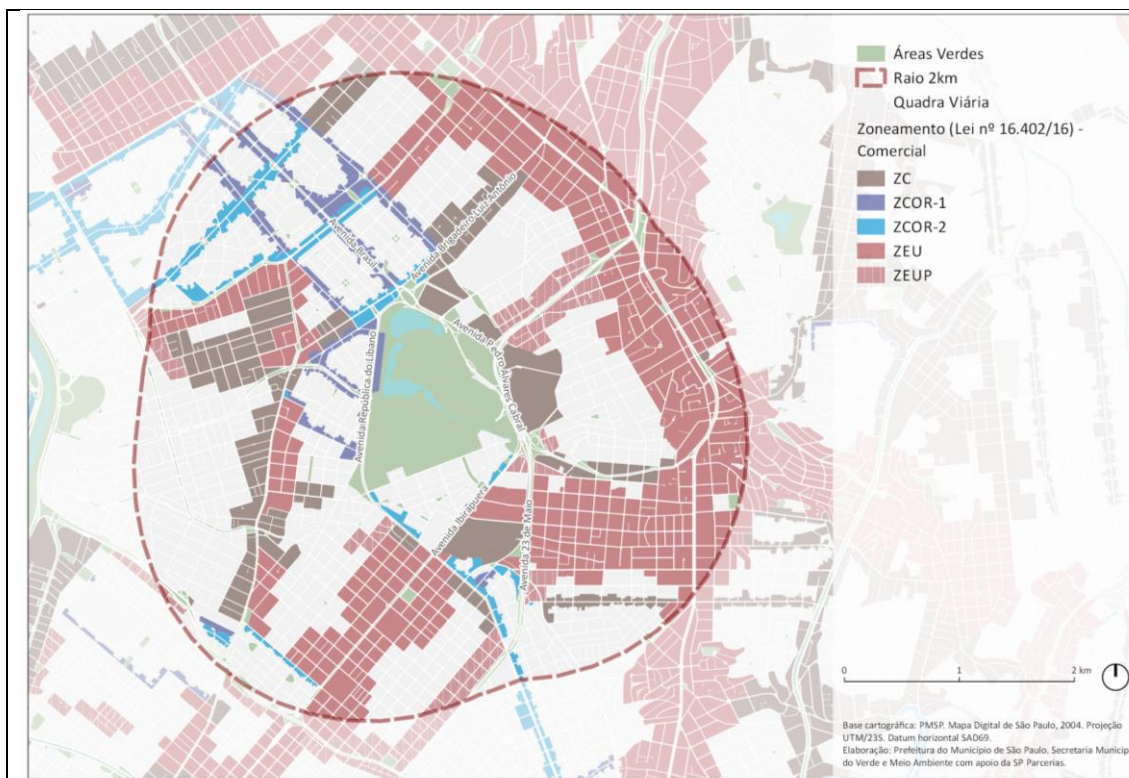


Figura 13 – Parque Ibirapuera destacando os usos não-residenciais num raio de 2km. Fonte: Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Geosampa 2019.

As Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (**ZEU**) são porções do território destinadas a promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado com o sistema de transporte público coletivo. São áreas inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da referida macrozona.

Enquadram-se nessa definição as áreas lindeiras à Avenida Ibirapuera, Av. São Gabriel, Av. Santo Amaro, Rua Domingos de Moraes, Pedro de Toledo, Borges Lagoa e entorno das estações de Metrô da Linha 5-lilás.

As Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (**ZEUP**) são zonas inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da referida macrozona e com a perspectiva de ampliação da infraestrutura de transporte público coletivo;

É assim classificada a área na Rua Iguatemi em Itaim Bibi, Rua Canário, em Moema e a Rua Leopoldo de Bulhões, em Indianópolis, parte da Avenida Professor Ascendino Reis, e trecho da Av. 23 de Maio, Avenida Rubem Berta em Vila Clementino; e entorno da Avenida Moreira Guimarães até Avenida Indianópolis.

3.2 Estrutura Socioeconômica

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), indicador que classifica todos os setores censitários do Estado de São Paulo em 6 grupos, foi o referencial utilizado neste estudo para análise da estrutura socioeconômica da área.

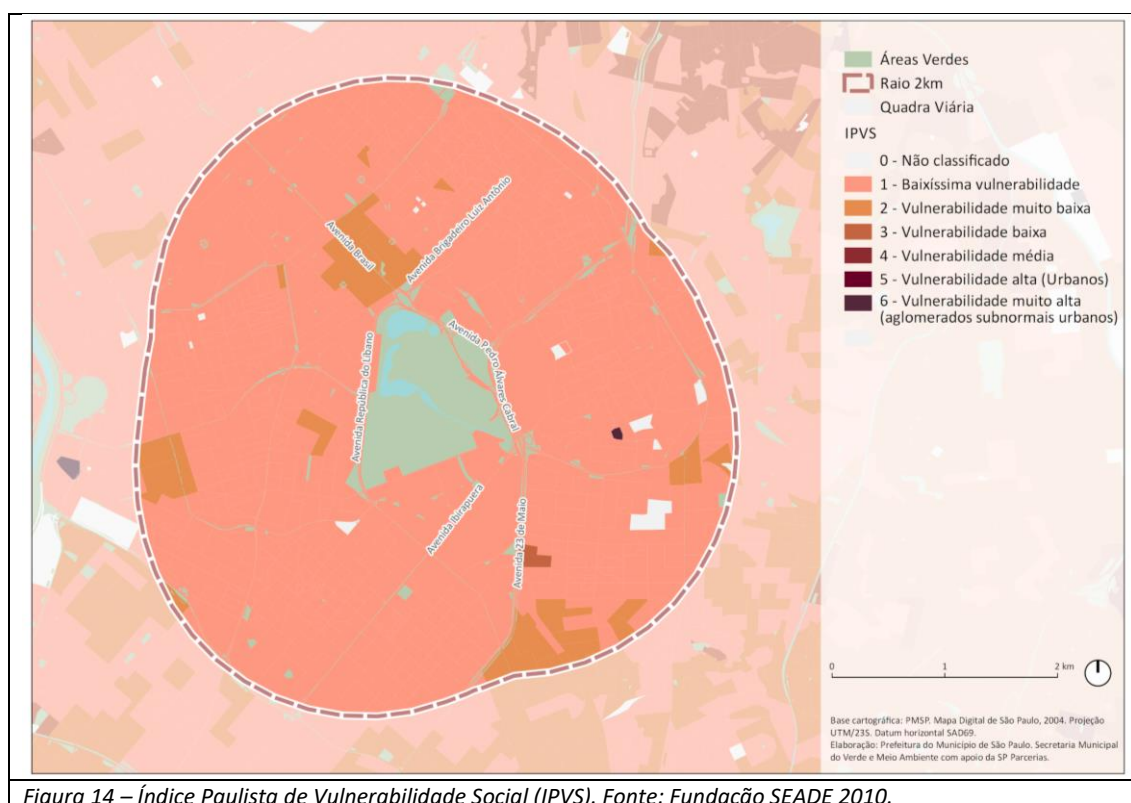


Figura 14 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Fonte: Fundação SEADE 2010.

O conceito abarca as seguintes variáveis: renda domiciliar per capita; rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio; % de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/2 salário mínimo (SM); % de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/4 SM; % de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas; % de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos; % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos; idade média das pessoas responsáveis; e de crianças de 0 a 5 anos de idade. As áreas são classificadas em uma escala que vai de 1 a 6, denotando, respectivamente, baixíssima vulnerabilidade e vulnerabilidade muito alta.

A região, em quase sua totalidade, pode ser classificada como área de baixíssima vulnerabilidade social (1), com a presença de poucas manchas de vulnerabilidade muito baixa (2), reforçando a imagem de área nobre e de excelente qualidade de vida da região vizinha ao Parque, presente no imaginário do cidadão paulistano. Como exceção a este padrão socioterritorial pode-se citar a área abarcada pela Favela Mario Cardim, em Vila Mariana, distante 2 km do Parque, classificada como área de vulnerabilidade social muito alta (6).

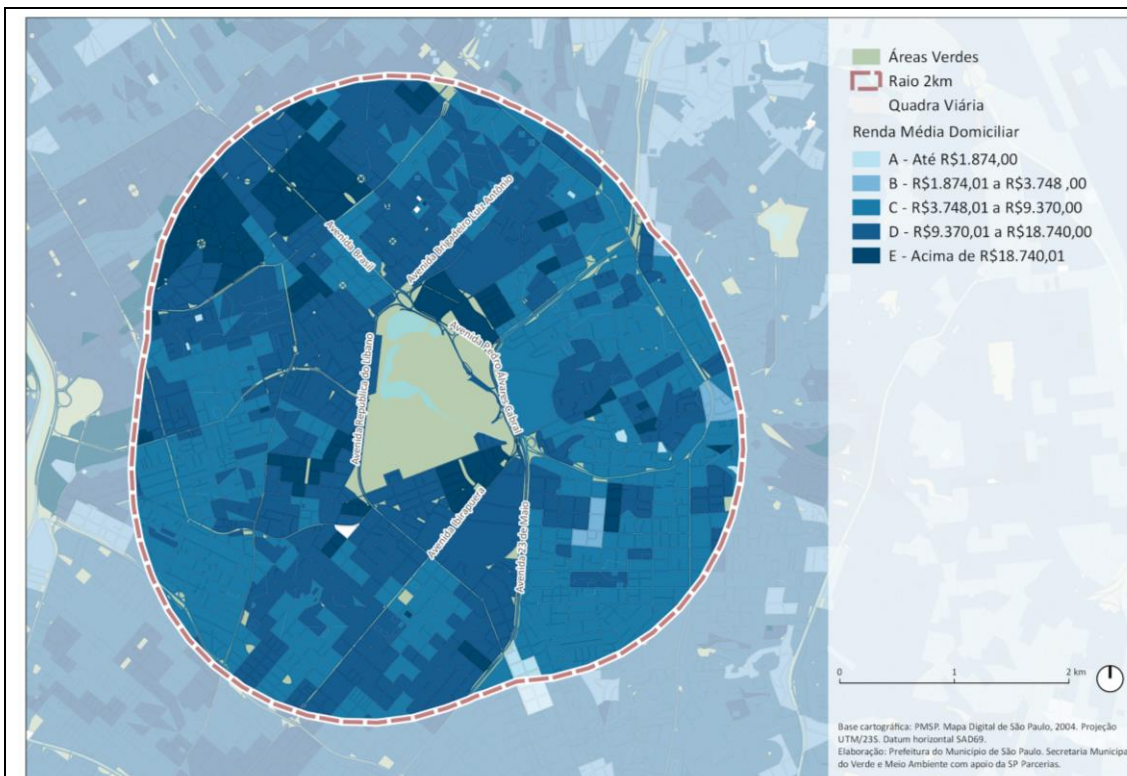


Figura 15 – Parque Ibirapuera. Renda média domiciliar num raio de 2km. Fonte: IBGE. Censo 2010.

Outros indicadores sociais e demográficos da Subprefeitura de Vila Mariana, que engloba os distritos de Moema, Vila Mariana e Saúde, corroboram a boa qualidade de vida da região, segunda colocada no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM = 0,9). Cabe destacar que a primeira colocação pertence à Subprefeitura de Pinheiros, abarcada parcialmente no território analisado. A taxa de homicídio é de 3,68 por 100 mil habitantes, bastante abaixo da média municipal de 14,37. A região conta com 5,9 leitos SUS por mil habitantes, contra 1,53 de média municipal; e, por fim, nenhum dos moradores está a mais de 1 km de equipamentos de cultura, contrapondo a uma parcela de 40% no Município. A região apresenta, ainda, dados positivamente expressivos da relação emprego-habitante: Moema - 1,45; Vila Mariana - 1,60; Jardim Paulista - 2,31; Pinheiros - 1,8; Itaim Bibi - 4,15; e, por fim, Saúde - 0,83, sendo a média municipal é de 0,41 emprego por habitante.

3.3 Equipamentos Públicos e de Transporte.

3.3.1 Assistência Social

A região do entorno do parque Ibirapuera possui nove equipamentos públicos de Assistência Social, como, proteção à mulher, ao idoso, à criança e à pessoas em situação de vulnerabilidade social.



Figura 16 - Equipamentos públicos de Assistência Social. Fonte: Geosampa.

3.3.2 Segurança

A região conta com 3 Postos de Bombeiros; 2 Distritos Policiais (Polícia Civil); 1 Delegacia de Polícia Seccional; 4 Companhias da Polícia Militar; e 2 unidades de GCM, sendo uma lotada no Parque.



Figura 17 - Equipamentos públicos Segurança. Fonte: Geosampa.

3.3.3 Saúde

A região em especial o distrito de Vila Clementino, dispõe de ampla rede de atendimento a saúde composta de hospitais, clínicas e ambulatórios, que acabam por torná-la referência na cidade em termos de concentração de atendimentos e equipamentos de saúde. São 14 equipamentos públicos de saúde, com destaque para os hospitais São Paulo, do Servidor Público e Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.

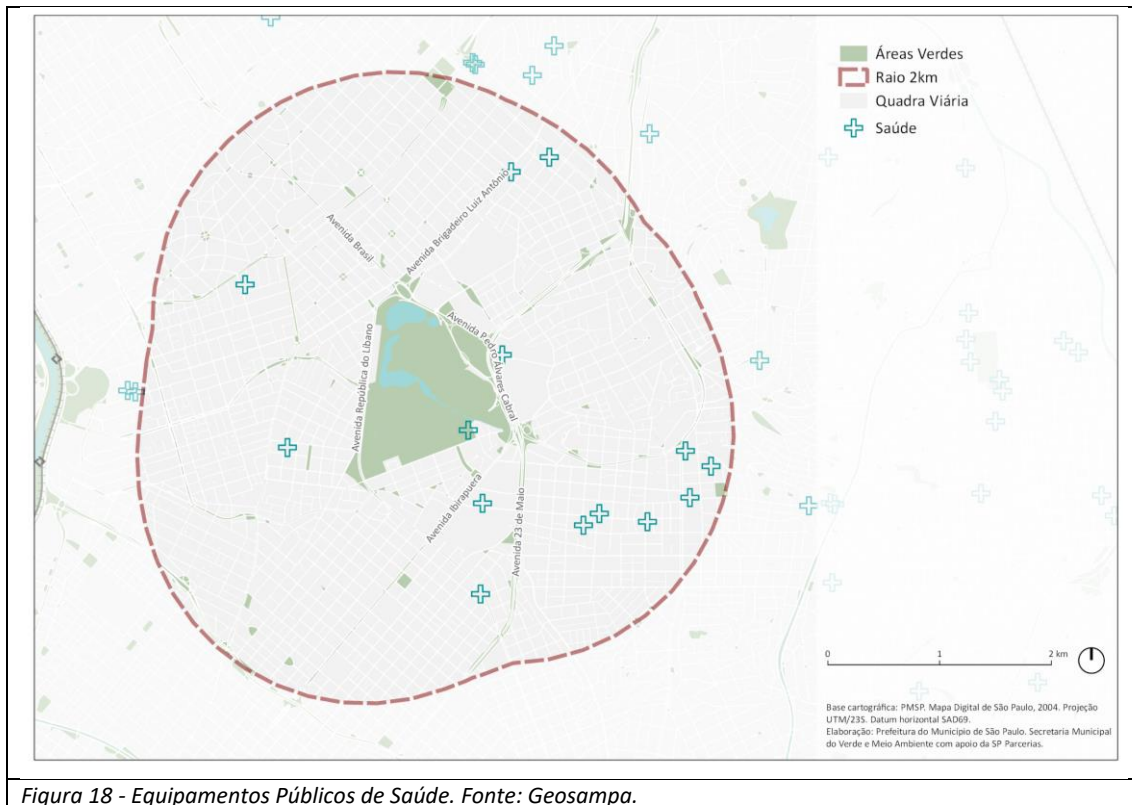


Figura 18 - Equipamentos Públicos de Saúde. Fonte: Geosampa.

3.3.4 Educação

A região é conhecida pela concentração de institutos de pesquisa científica das mais diversas áreas do conhecimento. São exemplos de instituições que conformam este pólo, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e seus diversos campi e hospitais de prática universitária, a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), o Instituto Biológico e a Escola de Astrofísica.

Os equipamentos de educação configuram 30 instituições da rede pública, sendo 15 voltadas ao Ensino Infantil, 12 ao Ensino Fundamental e 2 ao Ensino Técnico. Há 125 instituições de ensino privado. Não há Centros de Educação Unificados – CEUs.

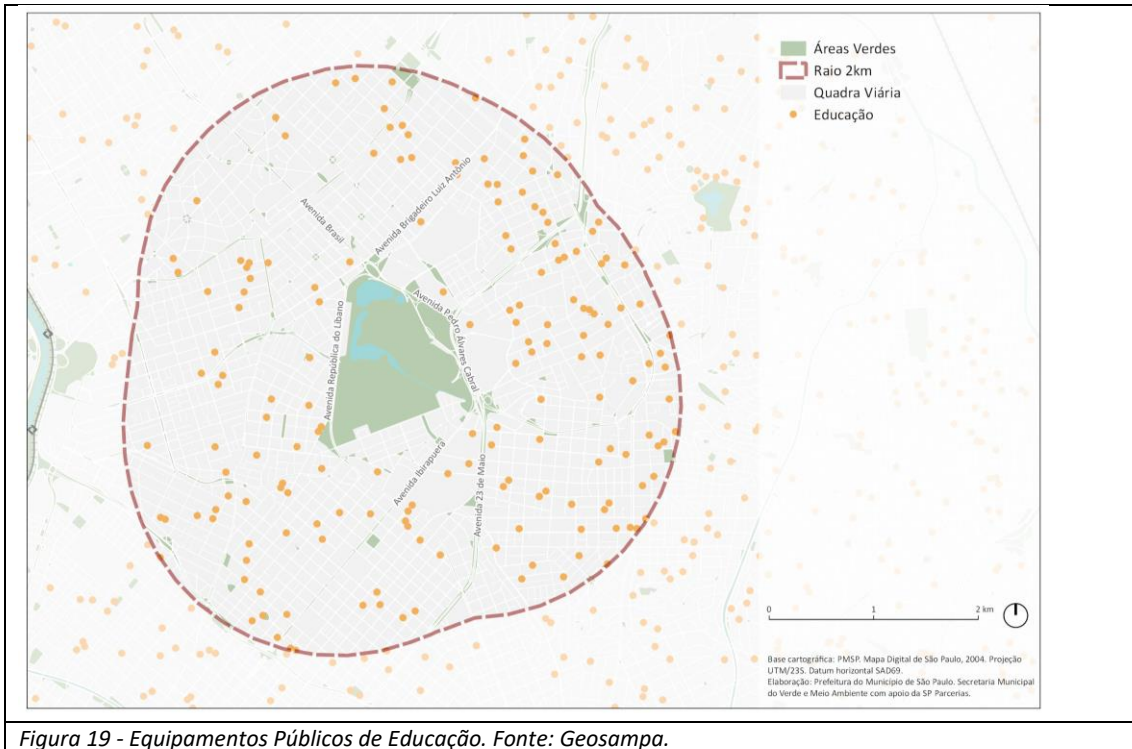


Figura 19 - Equipamentos Públicos de Educação. Fonte: Geosampa.

3.3.5 Cultura

O Parque Ibirapuera configura, por si, amplo e diversificado espaços de equipamentos culturais, como a Oca, o MAC, o MAM, o Planetário, reforçando a sua importância como centro cultural, esportivo e de lazer para a região. Reitera-se que nenhum morador da região se encontra a mais de 1 km de um equipamento cultural na região da subprefeitura da Vila Mariana.

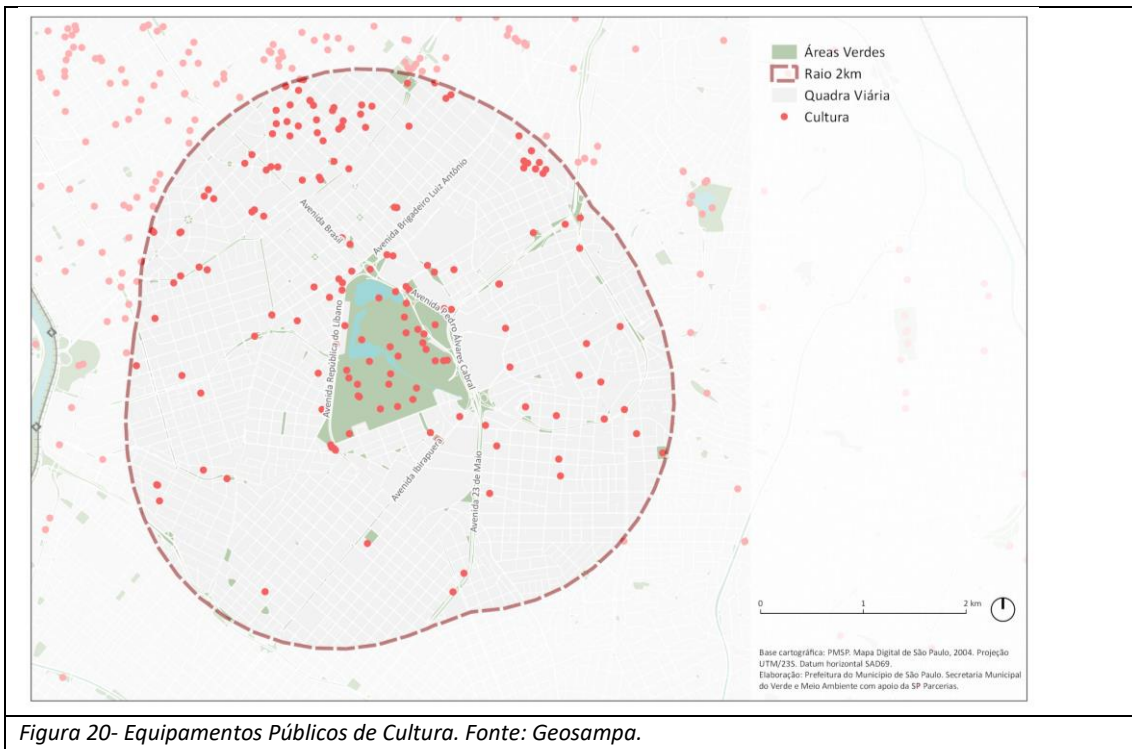


Figura 20- Equipamentos Públicos de Cultura. Fonte: Geosampa.

3.3.6 Abastecimento

A região é atendida por um grande número de feiras livres, mas há ausência de mercados municipais e sacolões.



Figura 21 - Equipamentos Públicos de Abastecimento. Fonte: Geosampa.

3.3.7 Esportivo

As regiões de Vila Mariana e Vila Clementino são atendidas por uma série de equipamentos esportivos públicos, tendo como destaque o Centro Olímpico do Ibirapuera, responsável pela formação de atletas de alto rendimento. Registra-se a presença de clubes privados: o Esporte Clube Pinheiros, o Club Athletico Paulistano e o Ipê Clube.



Figura 22 - Equipamentos Públicos Esportivos. Fonte: Geosampa.

3.3.8 Acessibilidade

O Parque Ibirapuera está localizado no entroncamento de vias estruturais, proporcionando ligação entre as regiões sul, oeste e central.

Em relação ao transporte público, o parque é atendido pelo sistema metroferroviário por meio da estação AACD-Servidor da Linha 5-Lilás; distante 1,2 km dos portões 3 e 4, junto à Passarela Ciccillo Matarazzo; e 1,1 km dos portões 5 e 6, localizados na Avenida Quarto Centenário.

O sistema municipal de ônibus se configura como o principal modal de transporte na região, com possíveis acessos ao parque pelas avenidas Pedro Álvares Cabral (portões 9, 10, 1, 2, 3 e 4), Brigadeiro Luís Antônio (portões 9 e 9A) e República do Líbano (portões 7, 8 e 9A). Nestes eixos, registra-se a passagem de 61 serviços de ônibus, entre linhas base, linhas noturnas, variantes de final de semana e apoios nos horários de pico, além de uma linha especial turística com três viagens ao dia, com ponto de controle junto ao portão 10.

Desse total, 11 linhas tangenciam o parque pelo eixo da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, ligando o centro e a região da Avenida Paulista às zonas sul e oeste; 49 linhas têm passagem pela Avenida Pedro Álvares Cabral, formando relevante área de conexões regionais (ponto nodal). Dessa avenida, 34 serviços seguem para a região central, sendo 27 pela Avenida 23 de Maio, dois serviços pela Avenida Brasil e outros três pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Seguem ainda para a Avenida Brigadeiro Luís Antônio três linhas com destino a Pinheiros, Campo Limpo e Itaim Bibi. Para a região sul, 9 linhas seguem para a Rua Domingos de Morais, 26 linhas pelo eixo da Avenida Ibirapuera e 15 linhas pelo eixo das avenidas Rubem Berta e Washington Luís, em direção à região de Interlagos.

Vale considerar ainda que apenas uma linha tem ponto final junto ao parque, outras oito funcionam em sistema circular na região, e três iniciam viagem a partir do parque como apoio em horário de pico.

Destaca-se também que apenas uma linha realiza atendimento pelo eixo da Avenida República do Líbano, e duas linhas tangenciam os portões 7 e 8, sendo uma delas linha de atendimento especial à unidade do Lar Escola São Francisco, da AACD, que circula pela Rua Açores e vias internas do bairro Jardim Lusitânia. O parque é atendido por quatro linhas noturnas que circulam nos principais eixos viários locais, com exceção da Avenida República do Líbano.

A relação de linhas e periodicidade de atendimento no ano de 2019 está relacionada na tabela abaixo:

Av. República do Líbano / Rua Açores / Rua Pedro de Toledo

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U/S/D/F ⁷	476L-10	Metrô Vila Mariana / Lar Escola São Francisco – circular

Av. Pedro Álvares Cabral / Av. República do Líbano

Dias de atendimento	Código Linha	Origem– Destino
U/S/D/F	509J-10	Jardim Selma / Parque Ibirapuera

Av. Pedro Álvares Cabral / Av. Brig. Luís Antonio (sentido Itaim)

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U/S/D/F	709A-10	E.T. Água Espraiada / Metrô Ana Rosa
U/S/D/F	857A-10	Terminal Campo Limpo / Metrô Santa Cruz
U/S/D/F (Noturno)	N839-11	Metrô Butantã / Metrô Vila Mariana – circular

⁷ U/S/D/F: Dias Úteis / Sábados / Domingos / Feriados

Av. Pedro Álvares Cabral / Av. Brig. Luís Antonio (sentido Centro)

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U/S/D/F	5154-10	Terminal Santo Amaro / Terminal Princesa Isabel
U/S/D/F	5164-21	Cidade Leonor / Parque Ibirapuera – circular
U/S/D/F	5178-10	Jardim Miriam / Praça João Mendes
U/S/D/F	5185-10	Terminal Guarapiranga / Terminal Parque Dom Pedro II

Av. Brig. Luís Antonio (direto) – pontos esquina Av. Brasil

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U/S/D/F	477A-10	Terminal Pinheiros / Sacomã
U	5100-10	Terminal Pinheiros / Terminal Parque Dom Pedro II
U/S/D/F	5111-10	Terminal Santo Amaro / Terminal Parque Dom Pedro II
U/S/D/F	5119-10	Terminal Capelinha / Largo São Francisco
U/S	5131-10	Cidade Ademar / Parque Dom Pedro II
U/S/D/F	6412-10	Paraisópolis / Paulista – circular
U/S/D/F	669A-10	Terminal Santo Amaro / Terminal Princesa Isabel
U	7550-10	Terminal Santo Amaro / Metrô Santa Cecília (Terminal Amaral Gurgel)
U	967A-10	Pinheiros / Ipiranga
U/S/D/F (NOT)	N802-11	Terminal Pinheiros / Terminal Parque Dom Pedro II

Av. Pedro Álvares Cabral / Av. Brasil

Dias de atendimento	Código Linha	Origem - Destino
U/S/D/F	6358-10	Jardim Luso / Terminal Bandeira
U/S	647C-10	Terminal João Dias / Hospital das Clínicas

Av. Pedro Álvares Cabral / Av. 23 de Maio

Dias de atendimento	Código Linha	Origem - Destino
U/S/D/F	175T-10	Metrô Jabaquara / Metrô Santana
U/S/D/F	509M-10	Jardim Miriam / Terminal Princesa Isabel
U/S	5175-10	Balneário São Francisco / Praça da Sé
U/S/D/F	5300-10	Terminal Santo Amaro / Terminal Parque Dom Pedro II
U/S	5317-10	Sesc-Orion / Praça do Correio
U/S/D/F	5318-10	Chácara Santana / Praça da Sé
U-Pico Manhã	5318-21	Piraporinha / Praça da Sé
U-Pico Manhã	5318-22	Praça da Sé / Chácara Santo Antonio
U/S/D/F	5362-10	Parque Residencial Cocaia / Praça da Sé (Largo São Francisco)
U-Pico Manhã	5362-21	Grajaú / Praça da Sé
U-Pico Manhã	5362-22	Jardim Eliana / Praça da Sé
U/S/D/F	5370-10	Terminal Varginha / Largo São Francisco
U/S/D/F	5391-10	Jardim Angela / Largo São Francisco
U-Pico Manhã	5391-21	Terminal Guarapiranga / Largo São Francisco
U/S/D/F	5611-10	Eldorado / Praça João Mendes
U	5614-10	Eldorado / Praça João Mendes
U/S/D/F	5630-10	Terminal Grajaú / Metrô Brás
U-Picos	5630-21	Cidade Dutra / Largo São Francisco
U/S	5632-10	Vila São José / Largo São Francisco
U-Pico Manhã	5632-21	Jardim Iporanga / Largo São Francisco
U-Pico Manhã	5632-51	Jardim Alpino / Largo São Francisco
U	5652-10	Jardim IV Centenário (Jardim Satélite) / Praça da Sé

U-Pico Manhã	5652-21	Jardim IV Centenário / Praça da Sé
U/S/D/F	6455-10	Terminal Capelinha / Largo São Francisco
U/S/D/F Noturno	N601-11	Terminal Grajaú / Terminal Parque Dom Pedro II
U/S/D/F (NOT)	N702-11	Terminal Santo Amaro / Terminal Parque Dom Pedro II

Av. Pedro Álvares Cabral / Av. Dante Pazzanese

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U	675N-10	Terminal Santo Amaro / Metrô Ana Rosa
U/S	695V-10	Terminal Capelinha / Metrô Ana Rosa

Av. Pedro Álvares Cabral (retorno à Rua Mal. Maurício Cardoso)

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U/S/D/F	5164-10	Vila Santa Catarina / Parque Ibirapuera – circular
D/F	5175-21	Balneário São Francisco / Parque Ibirapuera – circular
U	5194-10	Jardim Apurá / Parque Ibirapuera – circular
S/D/F	5614-21	Eldorado / Parque Ibirapuera – circular
S/D/F	5652-22	Jardim IV Centenário / Parque Ibirapuera – circular
U/S/D/F	6338-10	Jardim Miriam / Parque Ibirapuera – circular
U/S/D/F	6366-10	Jardim Miriam / Parque Ibirapuera – circular

Av. Pedro Álvares Cabral (serviços adicionais no horário de pico)

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U-Pico Tarde	5362-41	Parque Ibirapuera / Parque Residencial Cocaia
U-Picos		5370-21
U-Pico Tarde	6455-21	Ibirapuera / Terminal Capelinha

Linha Turística

Dias de atendimento	Código Linha	Origem – Destino
U/S/D/F	CT-01	Circular Turismo (ponto especial junto ao portão)

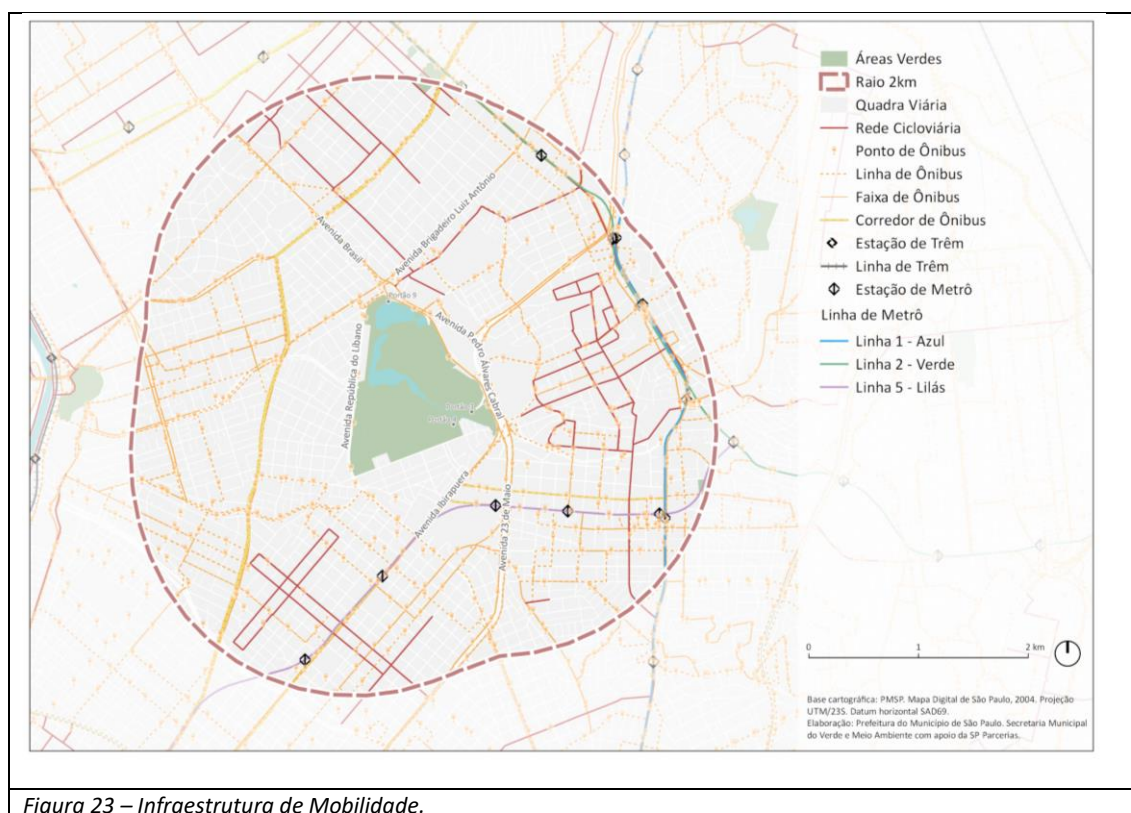


Figura 23 – Infraestrutura de Mobilidade.

A infraestrutura cicloviária compõe-se de três ciclovias ou ciclofaixas permanentes que se ligam ao parque, sendo uma na Rua Manuel da Nóbrega (portão 9), com conexão à ciclovia da Avenida Paulista e acesso à região dos Jardins; outra na Rua França Pinto (portões 3 e 4), com ligação às regiões de Vila Mariana e Jabaquara; e outra junto aos portões 7 e 8 da Avenida República do Líbano, articulada às ciclovias das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engenheiro Luís Carlos Berrini. Há 8 estações para aluguel de bicicleta e aos domingos e feriados é ativada a ciclofaixa de lazer nas avenidas Brasil e República do Líbano.

3.4 Geografia Física

3.4.1 Relevo

A região é constituída de relevo majoritariamente plano, apresentando aclive de 65 metros em extensão de 2 km no sentido do espigão da Avenida Paulista, um dos pontos mais elevados da cidade.

Do ponto de vista topográfico, o Parque está inserido em região com cotas altimétricas que variam de 720 metros no sentido do Rio Pinheiros, região de Itaim, a 761 metros na direção de Vila Mariana/Vila Clementino.

3.4.2 Hidrografia

Compondo a bacia hidrográfica do Rio Pinheiros e a microbacia do Sapateiro estão dois córregos que atravessam o Parque Ibirapuera e com ele se relacionam intimamente.

Com cerca de 6.600 metros de extensão, o Córrego do Sapateiro nasce na confluência da rua Rio Grande com a Dr. Mário Cardim, percorre tamponado as avenidas Ibirapuera e 23 de Maio e alimenta dois dos lagos do parque e segue tamponado sob a Av. Juscelino Kubitschek até sua foz no Rio Pinheiros.

O Córrego Boa Vista nasce sob a Rua Maestro Callia, cruza a Rua Amâncio de Carvalho, segue pela Rua Astolfo Araújo, alimenta o lago próximo à Av. Pedro Álvares Cabral onde conflui com as águas advindas do Córrego do Sapateiro, e seguem tamponados para o rio Pinheiros.

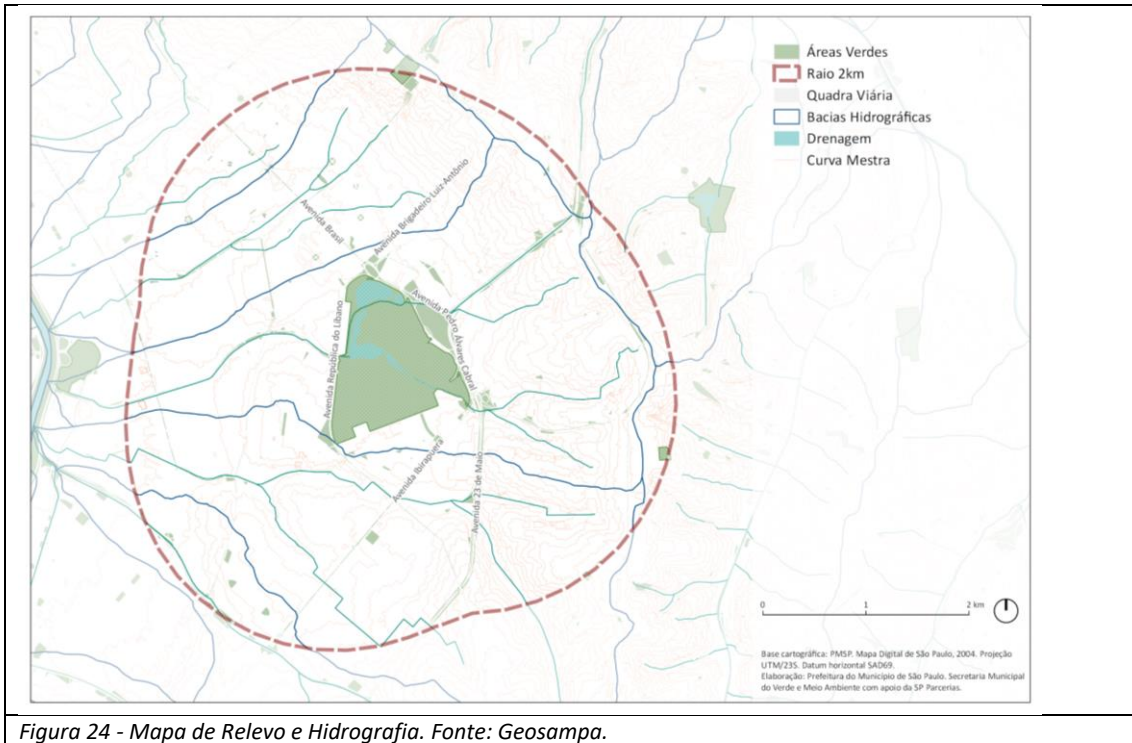


Figura 24 - Mapa de Relevo e Hidrografia. Fonte: Geosampa.

3.4.3 Reserva de Mata Atlântica

No Parque Ibirapuera não existe remanescente de Mata Atlântica propriamente dito, porém o parque é recoberto principalmente por bosques heterogêneos, sendo que alguns destes foram enriquecidos com espécies nativas e exóticas. Da mesma forma, externo às dependências do Parque, no raio considerado de dois quilômetros, observa-se a presença de bosques heterogêneos no Instituto Biológico, circunscrito pelas avenidas Dante Pazzanese, Ibirapuera e Conselheiro Rodrigues Alves.

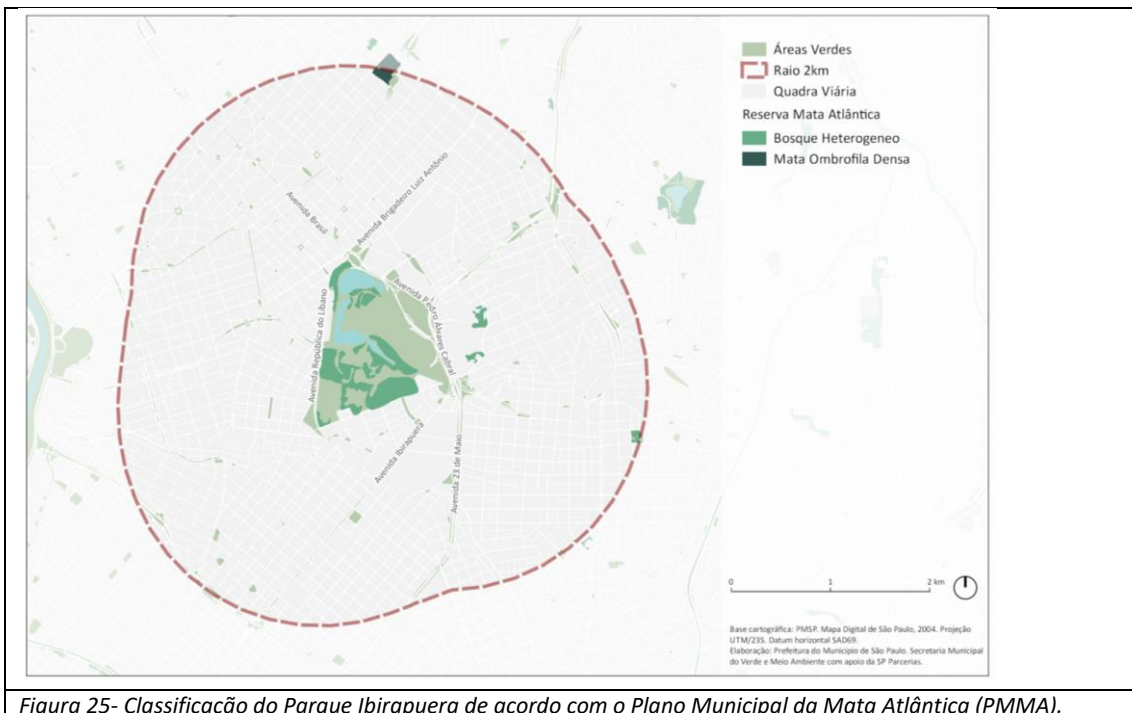


Figura 25- Classificação do Parque Ibirapuera de acordo com o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA).

3.4.4 Tipo Socioambiental

A região sob análise contém duas classificações distintas de tipos socioambientais de distritos. Na área que abrange o distrito de Vila Mariana, a classificação é de distritos com baixíssima presença de cobertura vegetal em áreas de ocupação urbana consolidada e boa infraestrutura urbana. Já na porção abarcada por Moema, Jardins e Saúde, fala-se na ocorrência de distritos com alto adensamento vertical, onde se concentra a maior parte das ações de controle urbano do uso e ocupação do solo e com melhores condições de infraestrutura da cidade. São distritos que localmente podem apresentar altos valores de cobertura vegetal, representados por parques urbanos - Parque Ibirapuera - e arborização viária.

4. PROCESSO PARTICIPATIVO DO PLANO DIRETOR

Os processos participativos fundamentam-se na habilidade de diálogo por meio de conversas flexíveis com os atores sociais, sem condicionar respostas. Nos encontros, geralmente com grupo, é possível experimentar uma validação contínua dos dados gerados pelos participantes, beneficiários das mudanças que motivaram as discussões.

Deste modo, os métodos de diagnóstico participativo têm forte relação com o planejamento, sob a perspectiva do envolvimento da população local, tendo as pessoas não apenas como fonte de informação, mas preponderantemente como cidadãos ativos em ações coletivas, embasados no diálogo e na reflexão sobre sua realidade.

Para que possa se concretizar, o método participativo utiliza diversas ferramentas fundamentadas no diálogo, que atendem a um princípio fundamental: todos os participantes do processo devem ser considerados fonte de informação e de decisão para analisar seus problemas e contribuir com soluções, gerando aprendizado e fortalecimento local.

A motivação para sua utilização reside no fato de permitir trabalhar com uma linguagem comum ao grupo de discussão, independente do grau de instrução; de possibilitar o levantamento e análise do conhecimento a partir da percepção da comunidade local; e facilitar a visualização e verificação de informações obtidas no processo, pelos participantes.

Desta forma, o processo participativo do Plano Diretor do Parque Ibirapuera foi contemplado por meio de quatro encontros, pesquisa com usuários realizada pela internet, fóruns temáticos, audiências e consulta pública. Os três primeiros encontros envolveram apresentações expositivas, oficinas temáticas e debates, e apoiaram-se em metodologias de Leitura da Paisagem e Diagnóstico Temático. Já o último encontro foi dedicado à devolução e validação das informações produzidas pelos participantes.

A agenda dos encontros foi divulgada por meio do site da prefeitura, redes sociais e de faixas e cartazes distribuídos pelo parque.

4.1 Primeiro Encontro: Projeto Paisagístico, Arquitetônico e Zoneamento: Usos e Apropriações

O primeiro encontro intitulado *Projeto Paisagístico, Arquitetônico. Zoneamento: Usos e Apropriações* foi realizado em 13 de julho 2019, na sede da Universidade Aberta do Meio

Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ, e iniciou-se com uma apresentação expositiva sobre o Parque Ibirapuera, proferida pela Arq. Prof.^a Dr.^a Cássia Mariano. A apresentação *O Parque Ibirapuera e o Paisagismo de Teixeira Mendes* teve como objetivo apresentar sucintamente a história e a construção do Parque Ibirapuera, as características modernas existentes e os usos dos espaços do parque.

A oficina temática que se seguiu à apresentação, intitulada *Mapa Mental. Percurso no Ibirapuera: Caminho que Impregna Significado* teve por objetivo coletar a percepção do usuário e identificar os lugares e os espaços do parque retidos na memória das pessoas que o frequentam. Nesta oficina os participantes deveriam mentalizar um percurso que gostam de percorrer no parque, identificando os elementos que o compõem para representá-lo em um mapa indicativo. A metodologia adotada é respaldada pelo trabalho de K. Lynch para identificar os elementos da Imagem da Cidade, conceituada ferramenta no processo de planejamento.

Os mapas mentais elaborados foram representados por desenhos, desenhos e palavras e alguns com predominância de palavras. Foram elaborados 45 mapas mentais, posteriormente afixados na parede. Destes, 13 desenhos foram apresentados e descritos pelos seus autores.

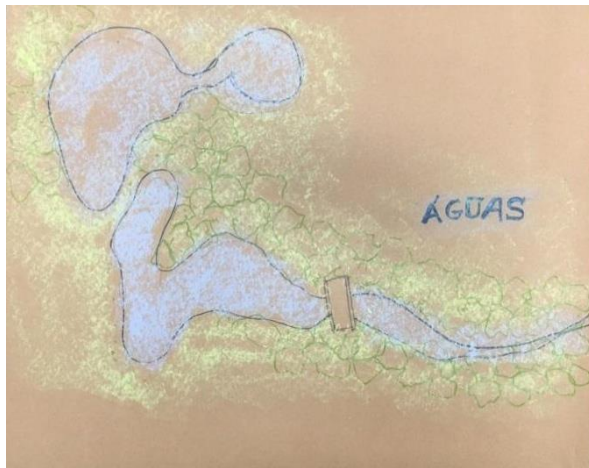


Foto 1 – Exemplo de representação com os lago, vegetação e ponte de ferro.

Fonte: Oficina Participativa Plano Diretor Parque Ibirapuera. Autor Desconhecido.



Foto 2 – Exemplo de representação com lago, vegetação, percursos, conjunto arquitetônico. Conforme explicação do próprio autor, o parque se assemelha a um coração, que pulsa para a cidade. Fonte: Oficina Participativa Plano Diretor Parque Ibirapuera. Autor Desconhecido.

As descrições procedidas focaram fundamentalmente os elementos naturais do parque (vegetação, água, fauna e luz), os espaços livres, os elementos construídos a vegetação e a espacialidade percebida, que foram as características mais valorizadas pelos participantes. Alguns relatos expressaram forte emotividade na fala, retratando o parque como algo grandioso tanto no aspecto físico, de patrimônio, como no aspecto emocional e sensitivo a partir da percepção espacial a envolver todos os cinco sentidos humanos.

Os percursos e a acessibilidade universal figuraram como a fundamentação de todos os relatos. O parque é compreendido como espaço para a prática da cidadania. Os verdes que permeiam todo o parque e os elementos da natureza presentes agregam caráter restaurador para a pessoa, essencialmente entendido no lazer ligado ao ócio. O parque, para muitos, é percebido como uma extensão da própria casa, fato que reflete a intensa identidade do usuário. São também bastante importantes os espaços para prática de esporte e de diversão infantil. A conservação, a manutenção e o cuidado para com o parque foram reportados como ações fundamentais para a continuidade da simbologia e da sua identidade.

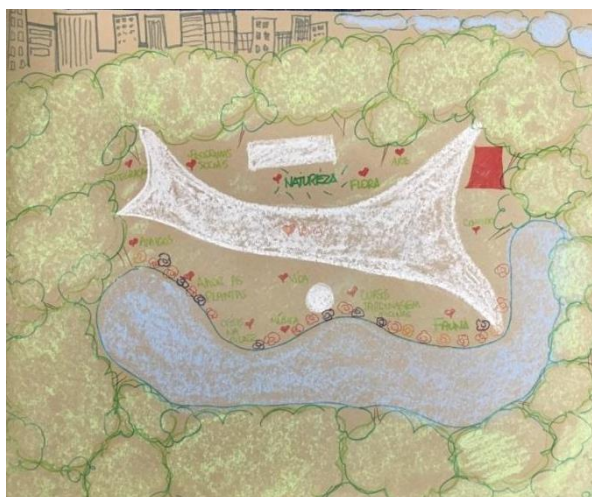


Foto 3 – Exemplo de representação com lago, vegetação, edifícios isolados e a cidade. Oficina Participativa Plano Diretor Parque Ibirapuera. Autor Desconhecido.

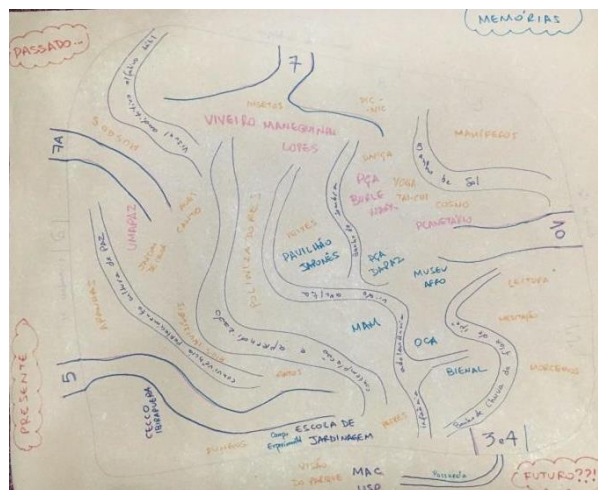


Foto 4 – Exemplo de representação apenas com vegetação. Oficina Participativa Plano Diretor Parque Ibirapuera. Autor Desconhecido.

Os elementos naturais vegetação, lago, fauna, córrego e luz predominaram em 93% dos mapas mentais, sendo que um mesmo mapa mental continha um ou mais elementos representados simultaneamente.

Elementos Naturais	Predominância	
Vegetação	34/45	76%
Água – Lago	33/45	73%
Fauna	17/45	38%
Água – Córrego do Sapateiro	8/45	18%
Luz / Sol	4/45	9%

Tabela 1 – Dados referentes aos Elementos Naturais do Parque Ibirapuera, coletado na Oficina Participativa Mapa Mental: Caminho que Impregna Significado. Fonte: PMSP.

Na totalidade dos desenhos a **vegetação** e o **lago** estavam proporcionalmente equivalentes. 8% dos mapas-mentais não representaram o Lago na imagem e 4% representaram o Parque Ibirapuera exclusivamente através do lago. Vale destacar que 38% dos mapas mentais destacaram a fauna do parque.

Espaços livres diversos com usos distintos surgiram em 73% dos mapas mentais. Invariavelmente um mesmo mapa mental apresentava mais de um espaço livre com forte significado para o usuário do parque. Dos desenhos levantados, destacaram-se os seguintes espaços:

Espaços livres	Predominância	
Caminhos e percursos no parque	20/45	44%
Campo Experimental / Escola Jardinagem	11/45	24%
Ciclovias	3/45	20%
Praça da Paz	9/45	20%
Viveiro Manequinho Lopes	8/45	18%
Quadras esportivas e campo de futebol	7/45	16%
Parquinho	5/45	11%
Serraria / Praça Burle Marx	5/45	11%
Pista de cooper	2/45	4%
Jardim dos Sentidos	2/45	4%
Alameda de Bambus	2/45	4%

Tabela 2 – Dados relativos aos espaços livres do Parque Ibirapuera, coletados na Oficina Participativa Mapa Mental: Caminho que Impregna Significado. Fonte: PMSP.

Elementos construídos foram representados em 76% dos mapas mentais, com destaque para:

Elementos construídos	Predominância	
Conjunto Arquitetônico	16/45	36%
Planetário	13/45	29%
Escola Municipal de Astrofísica	5/45	11%
Oca	9/45	20%
Ponte de Ferro	8/45	18%
Umapaz	6/45	13%
Cecco	4/45	9%
Auditório	3/45	7%
Marquise	2/45	4%
Construções diversas	2/45	4%

Tabela 3 – Dados relativos aos elementos construídos do Parque Ibirapuera, coletados na Oficina Participativa Mapa Mental: Caminho que Impregna Significado. Fonte: PMSP.

O conjunto arquitetônico foi representado de formas variadas em 36% dos desenhos. Algumas vezes com a marquise e todos os pavilhões que o compõe. Outras vezes com a marquise e dois ou mais pavilhões associados. Quando mencionada no contexto do Conjunto Arquitetônico, a Oca sempre aparecia associada ao Auditório, mas esta foi representada isoladamente e destacada do conjunto em 20% dos desenhos.

De maneira semelhante o Planetário revelou-se um elemento retido na memória dos participantes da oficina. Surgiu em 29% dos mapas-mentais, por vezes isoladamente, por vezes associado à Escola de Astrofísica em 11% do total dos mapas.

A predominância da Oca e do Planetário frente às demais edificações (excluído o Conjunto Arquitetônico), é fato que identifica seu forte simbolismo como arquitetura do parque. Não houve mapa-mental representando isoladamente o Auditório e seus espaços livres associados, ou outros edifícios emblemáticos.

Os usos atribuídos ao parque foram destacados em 64% dos mapas mentais por meio de palavras como cultura, arte, infância, contemplação, esporte, oficinas, bem como desenhos de crianças brincando, bicicletas, patins, etc., sendo que um mesmo mapa poderia conter um ou mais destes usos representados. Nos desenhos em que a UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, Campo Experimental / Escola de Jardinagem, foram representados, estes foram interpretados como Uso Educacional, uma vez que pertence à Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Usos	Predominância	
Educacional	14/45	31%
Cultural	13/45	29%
Lazer recreativo	11/45	24%
Lazer esportivo	10/45	22%
Ócio	7/45	16%

Tabela 4 – Dados de Uso no Parque Ibirapuera, coletados na Oficina Participativa Mapa Mental: Caminho que Impregna Significado. Fonte: PMSP.

46% dos participantes apresentaram uma visão ou memória mais abrangente do parque, retratando diversos elementos simultaneamente e com proporções parecidas, como áreas verdes, lago, caminhos e edificações.

Por outro lado, 54% dos participantes representaram o parque a partir de uma perspectiva mais específica, evidenciando determinados elementos. Por exemplo, o Lago e as Áreas Verdes apareceram justapostos e em destaque em 30% desses desenhos.

A interface entre o parque e a cidade esteve presente em 20% dos mapas mentais, demonstrando que o parque também é percebido de forma integrada com o seu entorno, influenciando ou sendo influenciado pelo território que o cerca.

4.2 Segundo Encontro: Relação com o Entorno e Gestão Ambiental

O segundo encontro, intitulado *Relação com o Entorno e Gestão Ambiental*, envolveu uma oficina temática e uma apresentação expositiva seguida de debate, na sede da UMAPAZ.

A oficina temática “*Perspectivas do Parque e da Cidade*” teve como objetivo capturar a sensibilidade do usuário de vistas emblemáticas do Parque. Para isso os participantes (cerca de 80 pessoas) se reuniram em frente ao Auditório e foram divididos em quatro grupos encaminhados para os seguintes locais: Ponte de Ferro, Entorno do Auditório, Praça da Serpente (também conhecida como Praça das Cobras) e Praça da Paz.

A partir desses pontos os participantes foram orientados a fotografar vistas do parque e do perfil da cidade e descrever por meio de palavras, sua sensibilidade em relação à paisagem fotografada. A atividade durou aproximadamente uma hora, no final da tarde, entre às 18h e 19h.

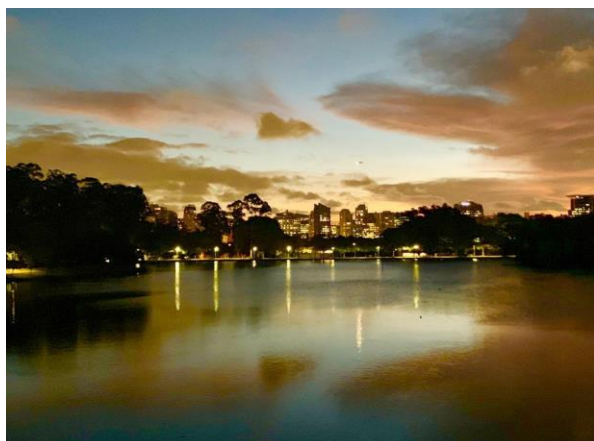


Foto 5 – Perspectiva a partir da Ponte de Ferro sobre o lago. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Autor desconhecido.

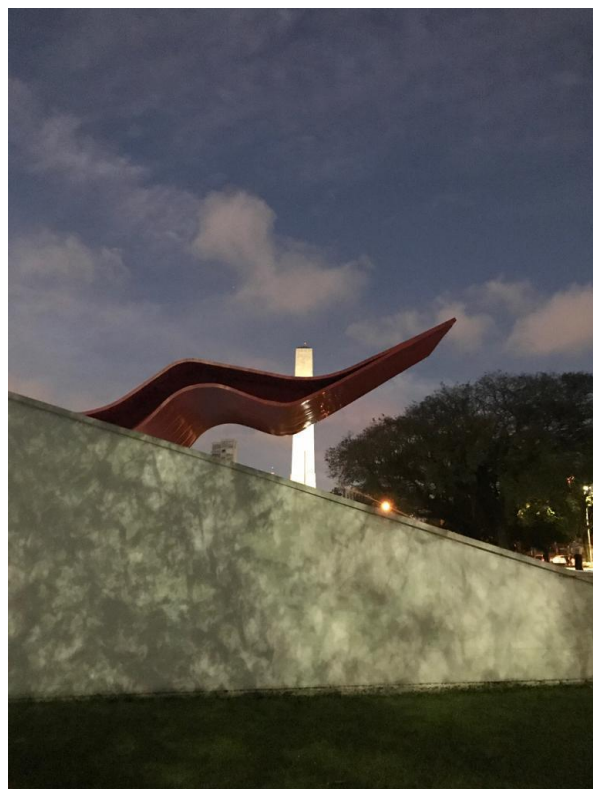


Foto 6 – Perspectiva da área próxima ao Auditório. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Autor desconhecido.

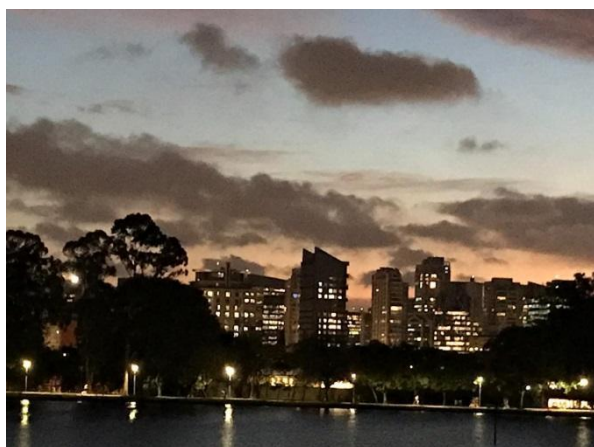


Foto 7 – Perspectiva a partir da Praça da Serpente. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Autor desconhecido.



Foto 8 – Perspectiva a partir da Praça da Serpente. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Autor desconhecido.



Foto 9 – Perspectiva da Praça da Paz. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Autor desconhecido.

Terminado o percurso, os quatro grupos foram direcionados para a UMAPAZ onde deram continuidade à oficina, escrevendo em cartazes sensações e sentimentos que afloraram enquanto fotografavam.



Foto 10 – Descrição das fotografias através de sentimentos e sensações. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Fonte: PMSP.

Ao analisar as palavras escritas nos 12 cartazes que foram produzidos observou-se que os participantes também descreveram elementos e características do Parque, além dos sentimentos e sensações, o que, de certa forma, acabou enriquecendo a atividade e a discussão que se seguiu durante a apresentação dos cartazes.

Interessante notar é que, para a maioria dos presentes, frequentar o parque à noite foi uma experiência nova. Alguns disseram que não estariam ali aquele horário se não fosse pela oficina. Também foi pontuado reiteradas vezes que o parque é um dos poucos lugares da cidade onde se pode contemplar o horizonte.

A partir do material produzido criou-se uma nuvem de palavras que apresenta todas as sensações e características do Parque que foram mencionadas pelos participantes, onde se destacam as palavras mais citadas pelos grupos.



Figura 26 – Nuvem de palavras com sensações e características do Parque apontadas pelos participantes a partir das fotografias de vistas emblemáticas do Ibirapuera. Oficina participativa Perspectivas do Parque e da Cidade. Fonte: PMSP.

Do total de 128 palavras escritas pelos participantes retratando sensações, elementos ou características do Ibirapuera, as mais frequentes foram acessibilidade e segurança. Nota-se também que a oficina criou oportunidade para que fossem marcados diversos aspectos positivos do Parque como, local de refúgio, integração e preservação de fauna e flora. Além disso, as fotografias inspiraram ainda sentimentos como conexão, paz e energia. Por outro lado, registraram-se aspectos negativos, como conflitos, e também algumas demandas, como a necessidade de melhorar a segurança, a sinalização e a iluminação.

Por fim, houve uma palestra sobre Gestão Ambiental, proferida por técnico da UMAPAZ, com vistas a subsidiar uma discussão sobre o tema aplicada à realidade do Parque. Nessa ocasião, os participantes puderam tirar dúvidas sobre diferentes aspectos relacionados à gestão ambiental e Plano Diretor do Parque, como por exemplo, a necessidade de haver um bom diagnóstico socioambiental do Ibirapuera ou até mesmo questões mais específicas relacionadas à gestão de resíduos.

4.3 Terceiro Encontro: Caminhada Programada e Bases Naturais e Usos do parque.

O terceiro encontro, intitulado *Caminhada Programada e Bases Naturais e Usos do Parque Ibirapuera* foi realizado no sábado, 20 de julho de 2019, das 9:00 às 15:30 horas, com cerca de 90 participantes.

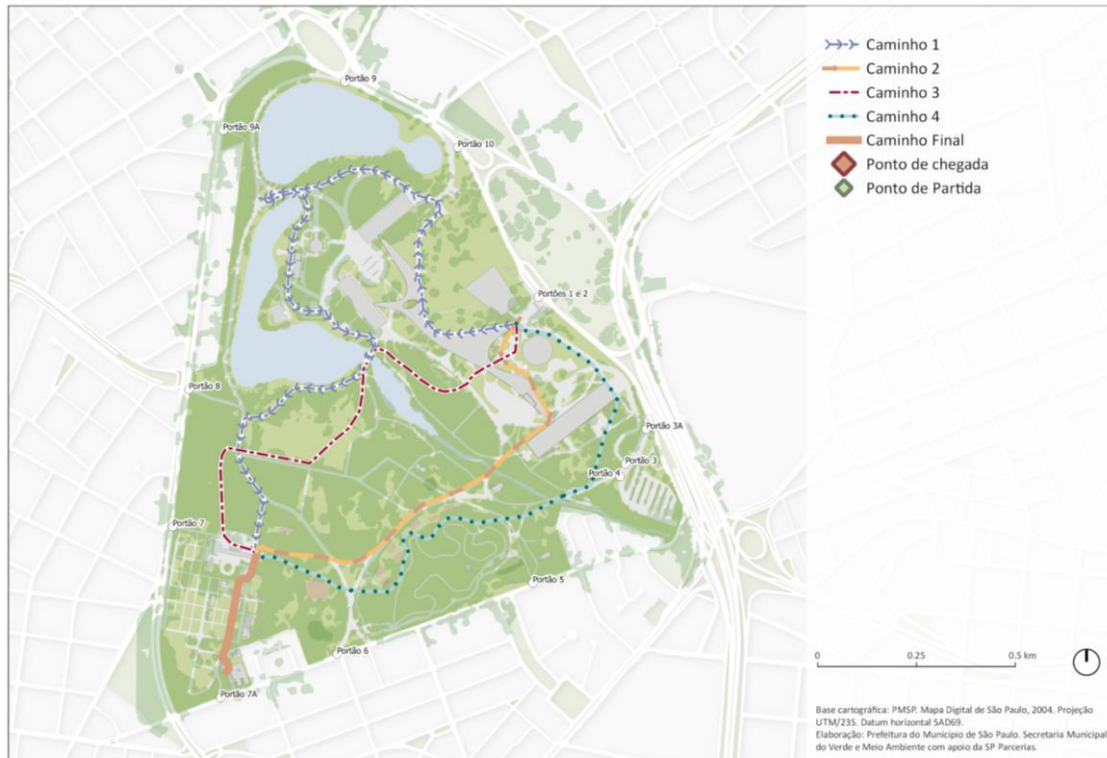


Figura 27 – Caminhos percorridos na Oficina Caminhada Programada no Parque Ibirapuera. Fonte: PMSP.

A oficina temática denominada *Caminhada Programada* partiu da frente do Auditório por 4 percursos distintos do parque. Com facilitação de técnicos da SVMA, foi feita uma imersão orientada na complexidade do parque, conflitos de usos e aspectos ambientais. Os participantes deveriam anotar no mapa do parque aspectos que julgassem positivos ou negativos e as sensações boas e ruins que surgissem ao longo do percurso.

O resultado foram 268 relatos que, planilhados e classificados, remetem às seguintes categorias:

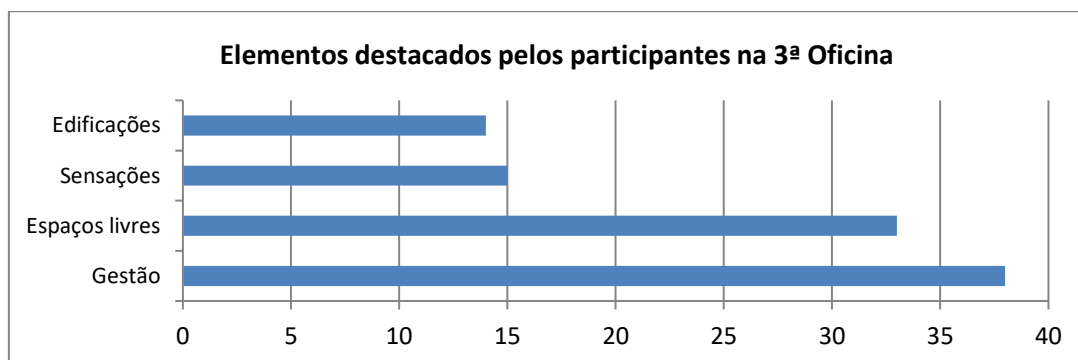


Gráfico 1 – Elementos do Parque Ibirapuera destacados pelos participantes na Oficina Caminhada Programada. Fonte: PMSP.

As edificações estiveram presentes em 14% das colocações dos participantes, das quais destacaram-se a Marquise e Oca. Nestas, os aspectos negativos (71%) prevaleceram sobre os positivos (29%). Sobressaiu a necessidade de reformas e conservação das edificações e entorno (áreas verdes, bebedouros, limpeza). O aspecto positivo abordado foi a vivência múltipla e cultural que o espaço inspira, embora deva ser regrada.

As sensações representaram 15% do total das colocações dos participantes, sendo que as sensações positivas (73%) superaram as negativas (27%). Como sensações positivas foram mencionadas *reconexão, universo paralelo, diversidade, contemplação, tranquilidade, vontade de fotografar, paz, ar puro, conforto, conexão, coexistência, bem estar, espiritualidade*. Dentre as sensações negativas estavam *poluição sonora* (entorno da Oca e do Auditório), *tristeza* (borda do Lago), *conflito, desconexão*.

Os espaços livres foram mencionados em 33% das colocações, destacando-se da seguinte forma:

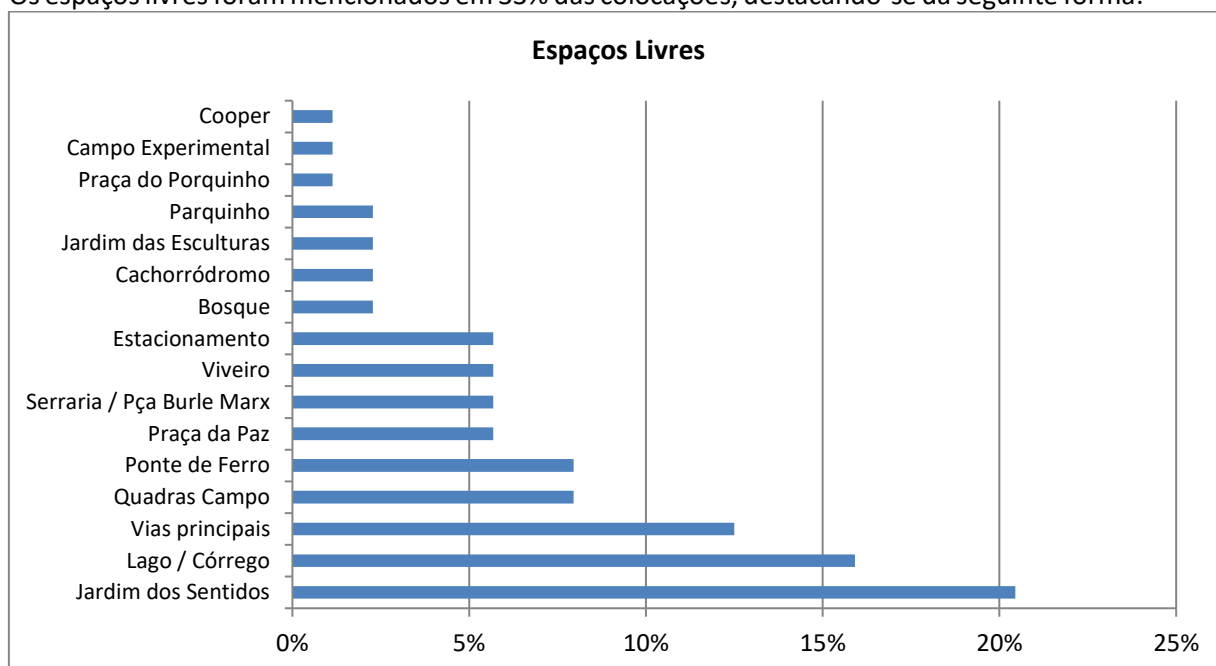


Gráfico 2 – Predominância dos espaços livres destacados pelos participantes na Oficina Caminhada Programada. Fonte: PMSP.

Dentre os espaços livres foram mencionados mais vezes o Jardim dos Sentidos⁸ (20%), seguido do Lago e Córrego do Sapateiro (16%) e das Vias principais do parque (13%).

Os relatos demonstram que o Jardim dos Sentidos aparece como área potencial para o ócio, convivência e contemplação por meio de relatos como *som dos pássaros, frescor, adaptação, vários parques em um, sensação de estar fora da cidade, área muito gostosa e arborizada, tranquilidade, paz, Nunca tinha vindo aqui!, som dos passarinhos, silêncio, confraternização*. Também apontam para ações de conservação como sinalização, limpeza, colocação de lixeiras.

O Córrego do Sapateiro e Lago, associado ao Jardim dos Sentidos, surge como área carente de ações voltadas à despoluição associada à gestão de resíduos do parque. Os relatos mencionaram palavras como *tristeza, peixes mortos, qualidade da água ruim, muito lixo, revitalização da mata ciliar, poluído, imundo, Cisnes. O lago é confortável para eles?*

⁸ Também conhecido como Jardim dos Cegos ou Piquenique.

As Vias de circulação principal do parque (pertencentes ao chamado Anel Principal de Circulação) inspiraram sensações ruins e demanda por ações que ordene seu uso. Surgiram relatos como *disciplinar, corredores, ciclistas e pedestres, sensação de insegurança, desorganização, perigo, conflito, requalificação, sinalização*. Não houve relatos positivos em relação a este espaço.

Os demais espaços aparecem com menor ocorrência. Em síntese, podemos afirmar que a Ponte de Ferro é entendida como a fronteira em que os ruídos da cidade não são percebidos (*não se ouve barulho, ar puro, liberdade, ponto turístico, tranquilidade*), mas que necessita de iluminação e acessibilidade. As quadras esportivas necessitam de ações de conservação. A Praça da Paz com sua diversidade e inspiração ao ócio trouxe boas percepções (*sensação de diversidade, muito legal, paz, apropriação do parque pela população*) e que, todavia necessita de sinalização dos equipamentos próximos (*sanitários, lanchonetes, bebedouros*). A Serraria e Praça Burle Marx inspirou tanto sentimentos como *força e aprendizado, esporte, lazer, diversidade cultural*, quanto sentimentos de *caos, esporte* (no momento da caminhada a praça encontrava-se tomada por assessorias esportivas), e necessidade de conservação (*piso mal conservado*). Quanto ao Viveiro Manequinho Lopes prevaleceram as palavras *abandono, descuido e degradação*.

Os demais espaços livres (Bosque entre os portões 7 e 8, Cachorródromo, Jardim das Esculturas, Parquinho, Praça do Porquinho, Campo Experimental e Cooper) foram registrados uma ou duas vezes cada um, somando 11% dos relatos.

Os relatos pertinentes à melhoria da Gestão do parque foram os mais significativos, sendo 38% dos 268 relatos.

A gestão ambiental foi apontada na necessidade de tratamento de resíduos que o parque produz, tanto na prevalência de plásticos, quanto na disponibilização de lixeiras, limpeza. Os cuidados com a fauna surgiu referente à mortalidade de aves por colisão nos vidros das edificações. Os cuidados com solo e pontos de erosão também foram apontados. Essas demandas, analisadas à luz dos resultados da 2ª Oficina, onde o Uso Educacional foi evidenciado, apontam para ações de Educação Ambiental.

A melhoria da estrutura de apoio ao usuário surge da necessidade de reforma do edifício da antiga Administração do parque, na instalação de mais bancos, bebedouros, sanitários, boas opções de alimentação, além da regularização dos cerca de 160 vendedores ambulantes do parque.

A acessibilidade e sinalização surgem com frequência nos relatos, buscando a conscientização quanto à diversidade e o respeito social. Após a chegada na UMAPAZ os técnicos de SVMA apresentaram as bases naturais (Água, Solo, Vegetação, Fauna) e de Usos (Cultural, Lazer Recreativo, Ócio, Educacional) e Campo Experimental, explicitando a complexidade envolvida na gestão do Parque Ibirapuera.

4.4 Devolutiva da etapa das oficinas à população

Finalizando esta etapa do processo participativo foi apresentada a devolutiva das Oficinas aos participantes. O evento ocorreu na sede da UMAPAZ na segunda-feira, 22 de julho de 2019, das 18:10 às 21:20 horas.

A Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal – CGPABI, iniciou a noite com uma síntese dos três encontros, trazendo alguns dos resultados obtidos, sobretudo das 1ª e 2ª Oficinas. Apresentou um cronograma das próximas etapas para conclusão do Plano Diretor e abriu espaço para que os presentes pudessem debater e se manifestar sobre o processo de construção do documento.

Manifestaram-se o Conselho Gestor do Parque Ibirapuera – CGPI, a Construcap e demais usuários do parque, com suas colocações e dúvidas sendo respondidas pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Também foi apresentado neste dia a agenda da segunda etapa do processo participativo incluindo três fóruns temáticos, duas audiências públicas, pesquisa com frequentadores e consulta pública através da plataforma Participe do site Gestão Urbana da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4.5 Fóruns Temáticos

A partir de análise das discussões, solicitações, encontros, reuniões que a SVMA participou foram definidos três eixos temáticos para serem debatidos nos fóruns propostos, sendo: o papel do parque urbano; serviços ecossistêmicos; e a questão da água no Parque Ibirapuera. O objetivo foi discutir temas pertinentes à compreensão do parque e à elaboração do Plano de forma que pudesse culminar em alguma proposição ou que esgotasse eventuais dúvidas tanto dos técnicos envolvidos no desenvolvimento dos documentos, quanto do público.

4.5.1 O papel do parque urbano

A dinâmica urbana e a necessidade de preservar as áreas verdes sempre foram uma questão a ser equacionada no Parque Ibirapuera e nos parques urbanos em geral. Se por um lado a preservação ambiental é imperiosa, por outro há pouca oferta de espaços públicos de lazer para a população que, por vezes, tem os parques como referência de lugares onde se podem realizar diversas atividades em momentos de ócio, embora seja possível haver coexistência desses objetivos, muitas vezes há certa confusão que tende a trazer certo conflito de usos. Nesse sentido com o intuito de compreender essas dinâmicas ao longo da história, foram convidados especialistas com conhecimento na área de parques, acessibilidade/desenho universal e patrimônio, para abrir discussão sobre a importância do uso dos parques pela população.

A composição da mesa teve a presença do Arquiteto e Urbanista Matheus Casimiro, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, explicou sobre como surgiram os parques e como ao longo dos anos foi sendo transformado o pensamento sobre essas áreas, mostrando como decisões e projetos estabelecidos há décadas atrás eram concebidos, quais os valores de determinada época não sendo considerados. Seguido do Arquiteto e Urbanista Eduardo Auge, da Secretaria da Pessoa com Deficiência, que explicou sobre os conceitos de acessibilidade e do desenho universal e, por fim, a Arquiteta e Urbanista Licia Mara Alves de Oliveira, do Departamento do Patrimônio Histórico, apresentando conceitos sobre preservação do

patrimônio e o tombamento do Parque Ibirapuera. E como mediador, o Historiador Paulo César Garcez Marins, do Museu Paulista/USP.

FÓRUM 1	
Data/horário	08/08/2019 – 18:30 as 21:30
Tema	O papel do parque urbano
Descrição	O objetivo é discutir o papel que o parque urbano cumpre na cidade, considerando ser um equipamento importante para o lazer, além de sua inerente função ambiental.
Mediação	<p>Historiador Paulo César Garcez Marins</p> <p>Historiador, Doutor em História Social também pela USP. Docente e membro da equipe de curadores do Museu Paulista da Universidade de São Paulo desde 2004, e docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP e do Programa de Pós-graduação em Museologia da USP. Entre 2015 e 2018, foi <i>partenaire internationale</i> do projeto "Du Monde en miniature au jardin planétaire: imaginer, vivre e (re)créer le jardin de mondes anciens à nos jours", sediado na Université Sorbonne Paris Cité, desenvolvendo pesquisa sobre o Parque da Independência, São Paulo (2015-2018). Foi Vice-Diretor do Centro de Preservação Cultural da USP (2006-2009) e conselheiro do CONDEPHAAT entre 2013 e 2015.</p> <p>Em 2017, organizou, com Mônica Schpun, o dossiê <i>Parcs et jardins</i>, publicado da revista <i>Brésil(s) - Sciences Humaines et sociales</i>, editada pelo Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain, da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Pelos <i>Anais do Museu Paulista</i>, publicou também o artigo <i>O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista</i>, em que aborda os monumentos escultóricos e arquitetônicos no Ibirapuera como suportes memoriais da metrópole.</p>
Convidado 1	<p>Arquiteto e Urbanista Matheus de Vasconcelos Casimiro</p> <p>Doutorando pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre pela mesma instituição com o tema "<i>A invenção e Reinvenção do Parque Público</i>". Atualmente trabalha na análise legal de empreendimentos de cunho educacional e foi técnico e Diretor da Divisão Técnica de Projetos e Obras – DEPAVE 1 (atual DIPO), responsável pelos projetos dos parques públicos entre os anos de 2013-2016.</p>
Convidado 2	<p>Arquiteto e Urbanista Eduardo Flores Auge</p> <p>Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie com formação em Acessibilidade e Desenho Universal pela Universidade de Barcelona/Espanha e especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Poli/USP. Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA, órgão consultivo e deliberativo sobre assuntos de acessibilidade da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Coordenador e Professor do "Curso de Educação Continuada e Certificação em Acessibilidade", promovido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMPED/CPA.</p>

	Participante dos grupos de trabalho das diversas normas de acessibilidade da ABNT. Integrante da Comissão Especial de Direitos das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Arquiteto e urbanista convidado do Grupo Técnico em Acessibilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de São Paulo.
Convidado 3	<p>Arquiteta Lícia M. A. de Oliveira Ferreira</p> <p>Coordenadora do Núcleo de Projetos, Restauração e Conservação no Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Docente da disciplina de Técnicas Retrospectivas na Universidade Paulista. Possui graduação em ARQUITETURA E URBANISMO pela Universidade de São Paulo (2001) e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2006) com a dissertação “Preservação do Patrimônio Arquitetônico: Diretrizes para a restauração das salas de cinema em São Paulo”. Possui experiência na área de preservação do patrimônio cultural, de projeto arquitetônico e de licenciamento. Participou do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo.</p>

4.5.2 Serviços ecossistêmicos

O segundo fórum discutiu os Serviços Ecossistêmicos a partir de algumas linhas, quais sejam, o papel da vegetação e do solo, da fauna e mudanças climáticas. Cada um dos convidados explanou sobre o tema sob sua perspectiva, trazendo importantes contribuições ao plano.

Integraram o fórum a Arquiteta e Urbanista Laura Lucia Vieira Ceneviva, Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo, que apresentou o inventário e os cenários de emissões de gases de efeito estufa do Município de São Paulo; o Biólogo Maurício Lamano Ferreira, que apresentou pesquisas realizadas sob sua orientação sobre fluxos de gases de efeito estufa e metais pesados nas florestas urbanas; e a bióloga Anelisa Ferreira de Almeida Magalhães, da Divisão da Fauna Silvestre da SVMA, que apresentou dados sobre o inventário da fauna e agravos que a cometem, no Parque Ibirapuera. A mediação foi realizada pela Bióloga Juliana Laurito Summa, da SVMA.

FÓRUM 2	
Data/horário	16/08/2019 – 18:30 as 21:30
Tema	Serviços ecossistêmicos
Descrição	Neste dia, serão discutidos os serviços ecossistêmicos que o parque oferta à população. Como cada elemento contribui para a economia e o bem-estar das pessoas, pensando na manutenção da biodiversidade.
Mediação	<p>Juliana Laurito Summa</p> <p>Bióloga, Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Mackenzie (2000). Atuou como consultora em levantamento de fauna (masto zoologia) para empreendimentos e consultora em áreas de soltura e monitoramento de fauna. Atualmente diretora da Divisão da Fauna Silvestre da SVMA desde 2014, responsável pelo atendimento, inventariamento e monitoramento da fauna silvestre da Cidade.</p>

Convidado 1	<p>Biólogo Maurício Lamano Ferreira</p> <p>Pós doutor pela Universidade de São Paulo (CENA/USP - 2019), Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (CENA/USP - 2014), Mestre em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente pelo Instituto de Botânica de São Paulo (IBT/SP - 2007), Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Mackenzie (UPM - 2001), respectivamente. Com grande interesse em questões ambientais, sua pesquisa tem focado na compreensão de padrões e processos ecológicos em ambientes naturais antropizados, avaliando diferentes tipos de pressões na dinâmica e funcionamento dos ecossistemas. Dentre os principais temas de seus trabalhos e orientações encontram-se: Ciclos Biogeoquímicos, Biodiversidade e Conservação, Adaptações às Mudanças Climáticas Baseadas em Ecossistemas (AbE) e Nature-based Solutions (NbS). ENTAL RESEARCH. Pelo seu reconhecimento em ensino, pesquisa e extensão, Maurício foi premiado duas vezes como 'Professor 10' na Universidade Nove de Julho.</p>
Convidado 2	<p>Bióloga Anelisa Ferreira de Almeida Magalhães</p> <p>Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, doutora e pós-doutora em Biologia Celular e Tecidual pela USP. Bióloga da Divisão da Fauna Silvestre desde 1992 e Coordenadora do Programa de Inventariamento e Monitoramento da Fauna Silvestre no município.</p>
Convidado 3	<p>Arquiteta e Urbanista Laura Lucia Vieira Ceneviva</p> <p>Arquiteta e urbanista, especializada em Planejamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Berlin, Alemanha, com mestrado em Estruturas Urbanas Ambientais pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente, exerce a Secretaria Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo. Foi, durante alguns anos, Coordenadora do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades) e do Conselho do Fundo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONFEMA) do Município de São Paulo. Foi responsável, também, pela estruturação operacional do Fundo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA).</p>

4.5.3 A água no Parque Ibirapuera

O tema deste Fórum foi o que mais se destacou dentre todas as atividades realizadas principalmente nas oficinas pela forte presença da água no parque através de seus lagos. Foram apontadas necessidades de despoluição, desassoreamento, mitigação das cargas de poluição difusa vinda com as águas pluviais, etc.

Os participantes foram o Engenheiro Civil Sadalla Domingos, professor da Escola Politécnica – USP, que trouxe sugestões sobre como a concessionária que assumirá o parque poderá assumir alguma responsabilidade sobre os recursos hídricos; o engenheiro civil Jorge Yutaka Ougui da Sabesp, que apresentou Programa Córrego Limpo na região da bacia do córrego do Sapateiro,

esclarecendo um dos pontos mais levantados em relação à presença de esgoto no parque, onde foi afirmado que há alguns anos esse problema foi sanada e que o monitoramento é realizado diariamente, bem como no seu entorno com bastante frequência; a Engenheira Ambiental Izabella Major, docente na Universidade Mogi das Cruzes, que palestrou sobre reuso da água, sobretudo com tratamento dos efluentes; e o arquiteto urbanista José Roberto Bueno, que apresentou o Projeto Rios e Ruas, iniciativa que promove por meio da Educação Ambiental a importância dos córregos e rios paulistanos, reaproximando as pessoas do tema. A mediação foi feita pela Arquiteta e Urbanista Tamires Carla de Oliveira, da SVMA.

FÓRUM 3	
Data/horário	27/08/2019 – 18:30 as 21:30
Tema	A questão da água no Parque Ibirapuera
Descrição	O tema “água” foi um dos que mais apareceu durante as oficinas, pretende-se discutir como preservar e melhorar a qualidade dos recursos hídricos do Parque Ibirapuera.
Mediação	<p>Arquiteta e Urbanista Tamires Carla de Oliveira</p> <p>Arquiteta e Urbanista, atual Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal da SVMA. Foi Diretora da Divisão de Implantação, Projetos e Obras, responsável por Projetos e Obras dos Parques Municipais, além de participar e colaborar em outros projetos estratégicos da SVMA e da Prefeitura.</p>
Convidado 1	<p>Arquiteto e Urbanista José Roberto Bueno</p> <p>Arquiteto e Urbanista pela FAUUSP. Fundador do Instituto Harmonia, Educação e Sustentabilidade. Ofereço várias experiências cocriativas no campo da formação de novas lideranças, da vida na maturidade, da masculinidade saudável e da sustentabilidade ativa. Sou um dos criadores do RIOS & RUAS que promove e inspira inúmeras ações para milhões de pessoas descobrirem, verem e desejarem nossos rios limpos e livres. Sou o fundador do PROJETO 5070 que explora o potencial criativo e empreendedor da maturidade e do CÍRCULO DE HOMENS, que aproxima homens interessados em desenvolver novas memórias sobre a masculinidade. Minhas ações como "Arquiteto Social" iluminam a importância da experiência sensorial como fonte de transformação pessoal, social e urbana.</p>
Convidado 2	<p>Engenheiro Civil Sadalla Domingos</p> <p>Engenheiro Civil, opção Hidráulica e Saneamento, pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, em 1969. É Professor de Mecânica dos Fluidos na Escola Politécnica da USP desde 1976 em regime de tempo parcial e, a partir de maio de 2013, até esta data, em regime de turno completo (RTC). Mestre em Engenharia Hidráulica em 1994 e Doutor em Engenharia de Construção Civil e Urbana em 2004. Exerceu diversas funções públicas na Sabesp, Cetesb, Emplasa, Arsesp, EPUSP; participou da empresa JNS Engenharia, da sua criação em 1987 até 2006, quando fundou a URBEFLUX.</p>

Convidado 3	<p>Eng. Civil Jorge Yutaka Ougui</p> <p>Eng. Civil e Mestre em Hidráulica e Saneamento pela EESC-USP. Trabalha a 18 anos em serviços de saneamento básico, tais como projetos, obras, implantação e operação de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, otimização, operação e controle de válvulas redutoras de pressão, controle de perdas de água e modelagem hidráulica. Atualmente é engenheiro na SABESP, na Divisão de Operação de Esgotos da Unidade de Negócio Centro e faz gestão das atividades do Programa Córrego Limpo desde 2010 na região central do Município de São Paulo.</p>
Convidado 4	<p>Engenheira Ambiental Izabella Major</p> <p>Formada em Engenharia Ambiental pela UNESP-Campus de Presidente Prudente, Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade São Francisco, Mestre em Engenharia Civil pela UNICAMP e Doutora pela Escola Politécnica da USP. Docente na Universidade Mogi das Cruzes – UMC no curso de Engenharia Civil. Consultora em Reuso de Água, Resíduos Sólidos, Licenciamento Ambiental e Segurança do Trabalho. Perita Judicial na Comarca de Assis/SP e São Paulo/SP.</p>

4.6 Audiências Públicas

Foram realizadas duas audiências públicas na sede da UMAPAZ, no Parque Ibirapuera, na Avenida IV Centenário, 1268, nos dias 14, quarta-feira, e 24/08, sábado, com o objetivo de ouvir a população que quisesse trazer sugestões, contribuições, recomendações, críticas, opiniões, etc, para subsidiar a elaboração do plano. As atas constam como anexo deste documento com breve resumo das falas dos que participaram.

4.7 Consultas Públicas

Ao longo do processo de elaboração deste Plano Diretor foram realizadas duas Consultas Públicas. Uma sobre a primeira versão disponibilizada à população do dia 15/05 a 15/06/2019, que recebeu através do e-mail svmaparcerias@prefeitura.sp.gov.br cerca de 78 contribuições. A outra consulta, foi realizada sobre a minuta da segunda versão, aberta de 01 a 25/08/2019 na plataforma “Participe!” no site <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/pdp-ibirapuera>, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e recebeu 212 contribuições.

Das contribuições recebidas foi feita análise do que poderia ser ou não incorporado ao Plano. Segue como anexo deste Caderno as contribuições recebidas.

4.8 Pesquisa com frequentadores

Entre 13/07 e 25/08/2019 foi disponibilizada pesquisa *on line* aos frequentadores do Parque com o objetivo de ter melhor compreensão do perfil do usuário, bem como subsidiar na definição de demandas e seu acompanhamento ao longo tempo. Nos dias 15,17,18 e 19/08

também foi aplicado o mesmo instrumental presencialmente no Parque. Cabe informar que tal instrumental utilizado para a pesquisa foi elaborado no âmbito das discussões do Plano de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – PLANPAVEL, que se trata de um dos quatro planos municipais que a SVMA deve elaborar demandado pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

A pesquisa na íntegra segue como anexo deste documento.

5. GOVERNANÇA

A Lei Municipal nº 15.910/2013 foi a que instituiu, na esteira da ampliação da participação democrática na Administração Pública, os Conselhos Gestores dos Parques Municipais. Os Conselhos Gestores são órgãos que congregam representantes da sociedade civil e do Poder Executivo municipal e desempenham primordial função de colaborar com a gestão do seu respectivo parque.

Nesse sentido, a competência dos Conselhos Gestores é indicada pelo art. 10º, da Lei Municipal nº 15.910/2013:

“Art. 10º São competências dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais, ressalvadas as que são exclusivas do Poder Público:

I - acompanhar, fiscalizar e propor medidas visando à organização dos parques municipais, à melhoria do sistema de atendimento aos frequentadores e à consolidação de seu papel como centro de cultura, lazer e recreação e como unidade de conservação e educação ambiental;

II - propor estratégias de ação visando à integração do trabalho do parque a planos, programas e projetos intersetoriais;

III - participar da elaboração ou da atualização do Plano Diretor, do Plano de Gestão e do Regulamento de Uso dos respectivos parques, assim como do planejamento das atividades neles desenvolvidas, respeitando as normas e restrições de uso estabelecidas pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;

IV - participar, analisar e opinar sobre pedidos de autorização de uso dos espaços dos parques municipais, inclusive para realização de shows e eventos, considerando as diretrizes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e o Plano de Gestão do Parque;

V - auxiliar a direção do parque, a fim de esclarecer os frequentadores sobre suas questões, conservação e importância para o bem comum, a qualidade de vida e a sustentabilidade;

VI - articular as populações do entorno do parque, para promover o debate e elaborar propostas sobre as questões ambientais locais, em consonância com as diretrizes da política da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;

VII - incentivar a participação das comunidades que frequentam os parques na articulação com os Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, fazendo avançar a discussão de temas de interesse ambiental e a elaboração participativa de planos de desenvolvimento sustentável;

VIII - participar de cursos, treinamento, campanhas e eventos que visem ampliar a participação em suas atividades e melhorar o desempenho dos membros dos Conselhos;

IX - promover política de comunicação e atividades externas para divulgar a existência dos Conselhos e o trabalho desenvolvido por seus membros;

X - examinar propostas, denúncias e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa, movimento ou entidade social, podendo remetê-las, pela importância ou gravidade, aos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz;

XI - solicitar e ter acesso às informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro e operacional, incluindo as referentes a obras, acompanhar o Orçamento Participativo, a execução do Plano de Gestão e o cumprimento das metas correspondentes a cada parque;

XII - promover reunião anual de prestação pública de contas, avaliação de resultados e planejamento de trabalho do respectivo Conselho;

XIII - manter intercâmbio, trocar experiências e desenvolver atividades conjuntas, de cunho intersetorial, com outros conselhos que atuam em políticas públicas no âmbito de cada Subprefeitura;

XIV - incentivar a organização e a participação da sociedade em fóruns, associações, outras entidades e movimentos sociais, com vistas a fortalecer sua representação nos Conselhos Gestores dos Parques Municipais;

XV - elaborar, aprovar e manter atualizados o Regimento Interno de cada Conselho e suas normas de funcionamento, deliberando as questões de competência exclusiva dos Conselhos.”

À luz das suas competências, conclui-se que o Conselho Gestor de cada parque representa um órgão de gestão para auxiliar na sua governança. Interessante repisar que o Plano Diretor é um instrumento que também serve para balizar a governança dos parques urbanos. Não é à toa, portanto, que o inc. III do art. 10º impõe a participação dos Conselhos Gestores na elaboração do Plano Diretor de seu respectivo parque.

Além dos Conselhos Gestores, a cidade possui **Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES**, instituído nos termos do artigo 22 da Lei nº. 11.426, de 18 de outubro de 1993, e disciplinado pela Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009. O **CADES** é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do Município de São Paulo. Seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto nº 52.153/2011. Há ainda a composição de um CADES em cada Subprefeitura da cidade.

Embora a integração dos CADES e dos Conselhos Gestores seja fundamental, na ausência do Conselho nos parques, são os CADES que respondem como órgão de controle social e devem participar de maneira ativa no acompanhamento das ações realizadas e administradas no parque pela SVMA.

No caso do Parque Ibirapuera, há ainda outros equipamentos e órgãos da própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que possuem sua governança própria e que devem ser respeitadas

conjuntamente, além de ser promovida a integração entre cada órgão/entidade presente no Parque.

A forma de atuação de cada órgão deverá seguir a previsão legal que determinou sua criação, bem como seu respectivo Regimento Interno.

EQUIPAMENTO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA/ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Parque Ibirapuera*	SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Conselho Gestor CADES Regional – Subprefeitura da Vila Mariana CADES Municipal
Viveiro Manequinho Lopes	SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Divisão de Produção e Herbário Municipal
Herbário Municipal	SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Divisão de Produção e Herbário Municipal
UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz	SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Coordenação de Educação Ambiental
Escola de Jardinagem – Campo Experimental	SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Coordenação de Educação Ambiental Escola Municipal de Jardinagem
Escola de Astrofísica e Planetário Professor Aristóteles Orsini	SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Coordenação de Educação Ambiental Divisão de Astronomia e Astrofísica
CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa	SMS – Secretaria Municipal da Saúde	Supervisão Técnica de Saúde – Vila Mariana/Jabaquara Conselho Gestor
Pavilhão Engº Armando de Arruda Pereira – Museu das Culturas Brasileiras	SMC – Secretaria Municipal de Cultura	Departamento de Museus

Oca	Secretaria Municipal de Cultura	Departamento de Museus Museu da Cidade de São Paulo
Bosque de Leitura	SMC – Secretaria Municipal de Cultura	Sistema Municipal de Bibliotecas
Museu Afro Brasil	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa Associação Museu Afro Brasil	Conselho Administrativo Conselho Fiscal
Bienal	Fundação Bienal	Conselho de Administração Conselho Fiscal Diretoria Executiva Comitê de Indicação Comitê Internacional Comitê de Captação Comitê de Governança e Ética Conselho Consultivo Internacional
Auditório Ibirapuera - Oscar Niemeyer	Itaú Cultural	-
Pavilhão Japonês	Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo	Diretoria Bianual Conselho Deliberativo Conselho Fiscal Conselho Consultivo Conselho Superior de Apoio e Orientação
MAM – Museu de Arte Moderna de São Paulo	Museu de Arte Moderna de São Paulo	Presidência de honra Diretoria Conselho Deliberativo Conselho Internacional Conselho Consultivo de Arte Curadores do Clube de Colecionadores do MAM

***No caso de eventual Concessão, deverá ser considerada como será a inserção da concessionária na estrutura de governança.**

*No caso de eventual Concessão, a concessionária assume a gestão e as atribuições definidas em contrato e responde ao órgão responsável pelo equipamento.

6. PERIODICIDADE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Como mencionado no início, esse Plano Diretor deve ser revisado após 5 (cinco) anos e atualizado após 10 (dez) anos de sua publicação pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, tendo em vista que o ambiente sofre constante influência de fatores que são extremamente fluidos ao longo do tempo. Nesse sentido, prevê-se até mesmo a atualização e fortalecimento do sistema de indicadores inicialmente propostos.

Com isso, o presente Plano Diretor deve mensurar e avaliar periodicamente dados e informações, de modo que esse processo transcorra de forma transparente, com a participação do Conselho Gestor do Parque e, na medida do possível, dos demais representantes da sociedade civil, contando com um amplo debate nas diferentes instâncias de controle institucional. E tendo em vista o cenário sob o qual este Plano foi elaborado, a revisão quinquenal em 2024 e sua atualização em 2029 deverá ser acompanhada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital.

O Monitoramento de como está evoluindo este processo e a avaliação da situação do Parque, consiste num ciclo que se moderniza constantemente, de modo a repensar ações passadas para a definição de ações futuras.

Para esse processo, há que se oferecer publicidade e amplo debate com a sociedade civil e entidades públicas e privadas, construindo um espaço de multiplicidade de ideias e contrapontos que deverão ser absorvidos no processo que resultará em um novo e atualizado marco legal de diretrizes do parque.

Ao fim dos ciclos decenais, o produto concebido se configurará em um produto intersetorial e democrático, condizente com a demanda da sociedade por melhores serviços e experiências na cidade, destacadamente em parques urbanos.

7. ANEXOS

- Ata da 1ª Audiência Pública;
- Ata da 2ª Audiência Pública;
- Contribuições da 1ª Consulta Pública;
- Contribuições da 2ª Consulta Pública;
- Pesquisa com frequentadores.